

Dinâmica da vulnerabilidade social na cidade de São Paulo: Uma análise a partir do IPVS entre 2000 e 2022

1. Introdução

Desenvolvido pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) teve sua primeira edição elaborada em 2002 e lançada em 2004, tendo como base o Censo Demográfico de 2000. Desde então, o índice vem se consolidando como um indicador fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas no estado de São Paulo. A partir da identificação espacial de áreas mais ou menos vulneráveis, o índice permite ao poder público desenhar estratégias consistentes e aderentes a cada realidade socioterritorial.

O IPVS é desenvolvido com base nos dados do Censo Demográfico, e adota como malha territorial os setores censitários, permitindo que não apenas políticas de nível estadual se beneficiem dele, mas também que os diversos municípios do estado possam ter um olhar adequado à dinâmica de vulnerabilidade social interna dos seus territórios.

Em dezembro de 2025, a Fundação Seade publicou a terceira edição do índice, atualizada com os dados do Censo de 2022. Nesse contexto, esse informe urbano aborda a evolução do IPVS em São Paulo, avaliando o comportamento deste indicador com o objetivo de trazer uma leitura da evolução da vulnerabilidade social nas áreas urbanas do município, tanto a partir da perspectiva da dinâmica territorial quanto da estrutura social.

O texto estrutura-se em três eixos principais. O primeiro, exposições conceitual e metodológica (i), compreende o capítulo 2, que discute os conceitos, métodos e limitações do IPVS, e o capítulo 3, que detalha a metodologia adotada para viabilizar a comparação entre as três edições do índice. O segundo eixo, a vulnerabilidade paulistana (ii), engloba o capítulo 4, que investiga sua dinâmica territorial, analisando a expansão e a contração das categorias de vulnerabilidade entre 2000 e 2022, e o capítulo 5, que examina a estrutura social do município sob a ótica racial e sua organização socioespacial entre 2010 e 2022. Por fim, as considerações finais (iii) oferecem uma leitura integrada dos achados, discutindo a inserção estratégica do IPVS no âmbito da gestão pública.

2. O IPVS como instrumento: conceito, método e limites

Anteriormente à criação do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) apoiava suas decisões estratégicas para políticas públicas, sob a ótica da vulnerabilidade, no Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), iniciado em 2000, com proposta de edições bienais e última publicação referente ao período 2014-2018. O IPRS trabalhava em três dimensões de indicadores – riqueza, longevidade e escolaridade –, dividindo os municípios do estado de São Paulo em 5 categorias: vulneráveis, em transição, equitativos, desiguais e dinâmicos (Seade, 2018).

Reconhecendo que a identificação de locais prioritários para intervenção do poder público é um desafio para a formulação de políticas públicas de maior impacto (Seade, 2013), a limitação do IPRS consistia em sua escala territorial: a classificação categorizava o município como um todo, permitindo a comparabilidade entre eles, mas sem se aprofundar nas desigualdades internas, de tal maneira

que propõe embasamento estratégico das políticas públicas a nível estadual, mas pouco a nível municipal.

Nesse contexto, a Alesp, entendendo ser necessário identificar as desigualdades internas a um município que não eram reveladas em indicadores construídos para grandes agregados territoriais (Alesp, 2004), encomendou ao Seade o desenvolvimento de um novo indicador que superasse a limitada granularidade territorial do IPRS e que, por consequência, traduzisse a vulnerabilidade social no Estado de São Paulo com maior detalhamento. Assim surge o IPVS, com o objetivo principal de subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos (Alesp, 2004; Seade, 2013).

A Fundação Seade, entre edições, manteve consistente o embasamento conceitual no qual o IPVS se apoia, com dois pressupostos (Quadro 1) que organizam a estratégia analítica adotada para o desenvolvimento do índice:

- I. Define o conceito de vulnerabilidade social, apoiado em Katzman (1999), que entende vulnerabilidade como algo para além da renda pura, condicionada também por aspectos como a condição familiar, qualidade e acesso à saúde e a educação, existência de oportunidades de trabalho e de garantias legais e políticas.
- II. Entende que a segregação espacial é condicionante da vulnerabilidade: o local de moradia é decisivo no reforço das desigualdades sociais, a depender da oferta de serviços e infraestrutura disponíveis para aquela população, uma vez que o território pode tanto ampliar quanto restringir as oportunidades de seus habitantes.

Assim, o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social foi desenvolvido a partir da premissa de que a identificação territorializada das áreas mais vulneráveis é fundamental para orientar a atuação do Estado, subsidiando a formulação e o direcionamento de políticas públicas voltadas à população considerada prioritária. Esse entendimento converge com as diretrizes adotadas pelo município de São Paulo, cujo Plano Diretor Estratégico estabelece a população em situação de vulnerabilidade social como prioritária em políticas como a de mobilidade urbana e habitação – materializada, entre outros instrumentos, pelas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) –, além de reconhecer a redução das vulnerabilidades urbanas e das desigualdades socioespaciais como elementos centrais para a promoção da justiça social e da equidade territorial (São Paulo, 2014).

O IPVS constitui uma tipologia de situações de exposição à vulnerabilidade social construída a partir de variáveis socioeconômicas e demográficas relacionadas ao ciclo de vida familiar¹. Essa abordagem permitiu preservar a comparabilidade conceitual do índice entre as edições de 2000, 2010 e 2022, apesar das alterações nas variáveis utilizadas em cada período (Seade, 2013; Seade, 2025). Tais mudanças decorrem das próprias transformações nos censos demográficos, que introduzem, modificam ou descontinuam informações coletadas.

Na versão mais recente do índice, a Fundação Seade (2026) optou por manter as variáveis presentes nos dois censos anteriores e, para a incorporação de novas variáveis, adotou como critérios sua aderência aos conceitos que fundamentam o IPVS e a preservação da comparabilidade conceitual entre as edições. Parte-se, portanto, do entendimento de que, embora os indicadores específicos empregados em cada edição possam variar, a comparação temporal da vulnerabilidade social permanece válida, uma vez que o núcleo conceitual do índice foi mantido ao longo de todo o período analisado. O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas na construção do IPVS em cada edição, dispondo lado a lado aquelas consideradas conceitualmente correspondentes.

1 Os aspectos metodológicos encontrados para as três edições transitam na definição do segundo conjunto de variáveis, ora como ciclo de vida familiar, ora como demográficas. Entendendo a diferença desses termos, se tratando desse conjunto, este texto apresentará ambas as possibilidades.

Quadro 1
Comparação das variáveis utilizadas no Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)
2000, 2010 e 2022

Dimensão	IPVS 2000	IPVS 2010	IPVS 2022
Socioeconômica	Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio	Renda domiciliar per capita	Renda média da pessoa de referência do domicílio
		Rendimento médio da mulher responsável pelo domicílio	
	% de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas	% de pessoas responsáveis pelo domicílio alfabetizadas	% de pessoas alfabetizadas de 15 anos e mais
		% de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/2 SM	
		% de domicílios com renda domiciliar per capita até 1/4 SM	
	% de responsáveis com menos de 3 salários mínimos		
Demográfica/ Ciclo de vida familiar		% de mulheres responsáveis de 10 a 29 anos	% de mulheres responsáveis de 15 a 29 anos
	% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos	% de pessoas responsáveis de 10 a 29 anos	% de pessoas responsáveis de 15 a 29 anos
	% de crianças de 0 a 5 anos de idade	% de crianças de 0 a 5 anos de idade	% de crianças de 0 a 9 anos de idade
	Idade média das pessoas responsáveis	idade média das pessoas responsáveis	
	Anos médios de estudo		
	% de pessoas responsáveis com ensino fundamental incompleto		

Fonte: Fundação SEADE. Metodologia IPVS 2022: anexo metodológico, 2026; Metodologia IPVS 2010: anexo metodológico, 2013.
Elaboração: SMUL/GeoInfo.

A partir das variáveis consideradas, o Seade realiza uma análise fatorial para definir os pesos das variáveis de cada dimensão, de modo a gerar duas pontuações (escores): uma para o fator socioeconômico, outra para o demográfico, compondo uma média ponderada das variáveis originais.

Com tais escores e a partir de uma análise de agrupamento, chega-se à tipologia dos grupos de vulnerabilidade para o IPVS. Enquanto as edições de 2000 e 2010 operavam com sete grupos, sendo o último deles restrito aos setores rurais, a versão de 2022 integrou os setores urbanos e rurais em seis grupos principais, além das áreas não classificadas. Para a compatibilização dos diferentes anos, partimos da classificação mais recente (Quadro 2), conforme abordado no capítulo seguinte.

Quadro 2
Tipologia de grupos de vulnerabilidade, conforme o
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) de 2022

Grupo	Classificação	Setores contemplados
1	Baixíssima vulnerabilidade	Urbano e rural não especial, com mais de 36 domicílios
2	Muito baixa vulnerabilidade	
3	Baixa vulnerabilidade	
4	Média vulnerabilidade	
5	Alta vulnerabilidade	
6	Muito alta vulnerabilidade	Urbanos e rurais, com mais de 36 domicílios, limitado a favelas e comunidades
0	Não classificado	Especial, tais como quartéis, presídios entre outros; e setores com menos de 36 domicílios

Fonte: Fundação SEADE. Metodologia IPVS 2022: anexo metodológico, 2026.
Elaboração: SMUL/Geoinfo.

3. Método de análise

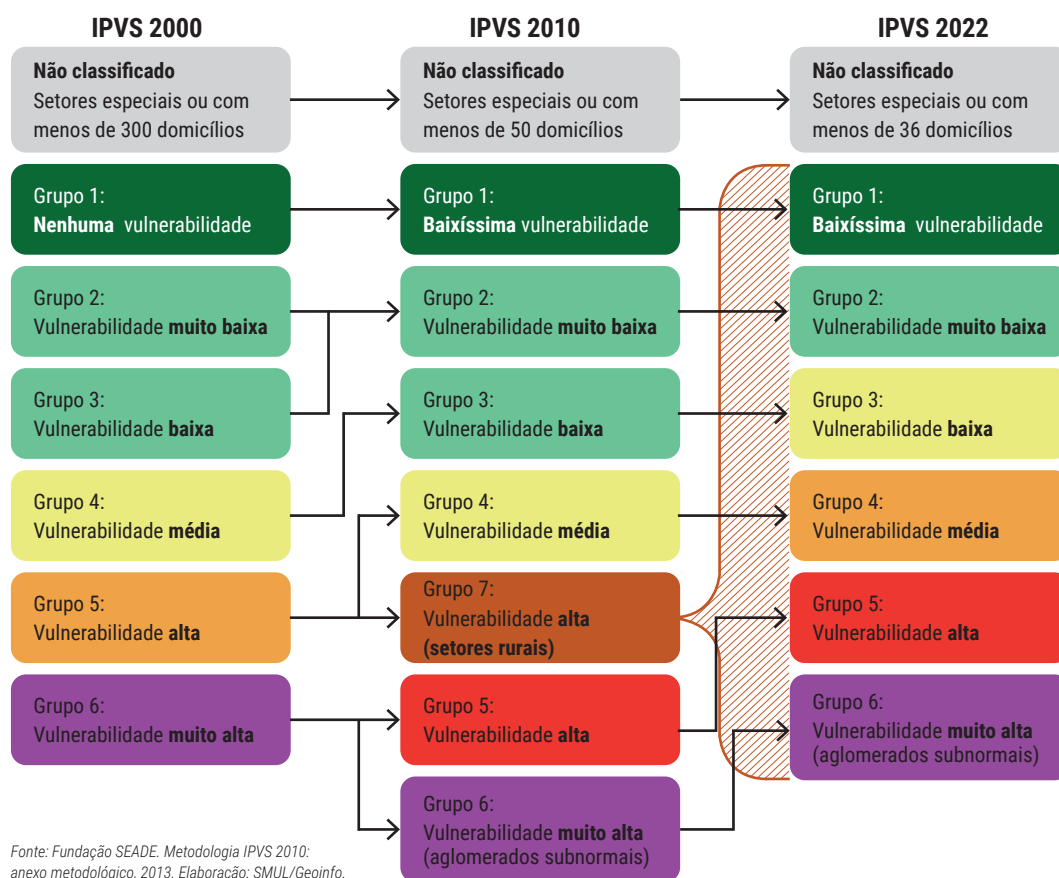
Para além da análise da configuração atual da vulnerabilidade social no município de São Paulo, buscou-se compreender sua dinâmica ao longo das três edições, examinando as transformações ocorridas nesse horizonte de 22 anos. Há, entretanto, desafios relacionados à comparabilidade entre os anos 2000, 2010 e 2022 que se divide em três âmbitos: diferença das variáveis consideradas na construção do índice, como já mencionado no capítulo anterior; alteração da malha de setores censitários; e diferenças metodológicas na definição dos agrupamentos.

A reconfiguração dos setores censitários é um procedimento técnico padrão e necessário a cada Censo. Seu objetivo é adequar a malha territorial às novas demandas de coleta e divulgação de informações estatísticas e geográficas (IBGE, 2024). Dessa forma, no caso do município de São Paulo, além da própria escala municipal, é possível adotar a agregação por distrito ou subprefeitura e seus agrupamentos em regiões para as análises, de acordo com a escala adequada para cada discussão proposta, já que estes mantêm o desenho desde a primeira divulgação do IPVS, permitindo comparações diretas. Além disso, as subprefeituras são as unidades territoriais em torno das quais se organizam diversas políticas públicas, adaptadas às diferentes realidades e dinâmicas socioterritoriais. Assim, neste texto utiliza-se como unidades territoriais de leitura e análise do IPVS paulistano o município com o todo, as suas regiões administrativas, subprefeituras e distritos, de acordo com a escala adequada para cada discussão proposta.

Já as diferenças na definição dos agrupamentos exigiram adaptações nas bases de 2000 e 2010, de modo a compatibilizar as categorias entre si e adequá-las à classificação mais recente, permitindo a comparação entre os diferentes períodos analisados. Esse procedimento consiste em uma harmonização dos dados, entendida como a padronização de classificações distintas ao longo do tempo para garantir comparabilidade analítica entre bases produzidas sob métodos diferentes.

Para a adaptação dos dados referentes ao ano de 2000, foi utilizada a tabela de comparação conceitual elaborada pela Fundação Seade e publicada no anexo metodológico da edição de 2010, posteriormente replicada e complementada com informações da edição mais recente, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1
Comparabilidade entre os grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) nos anos de 2000, 2010 e 2022

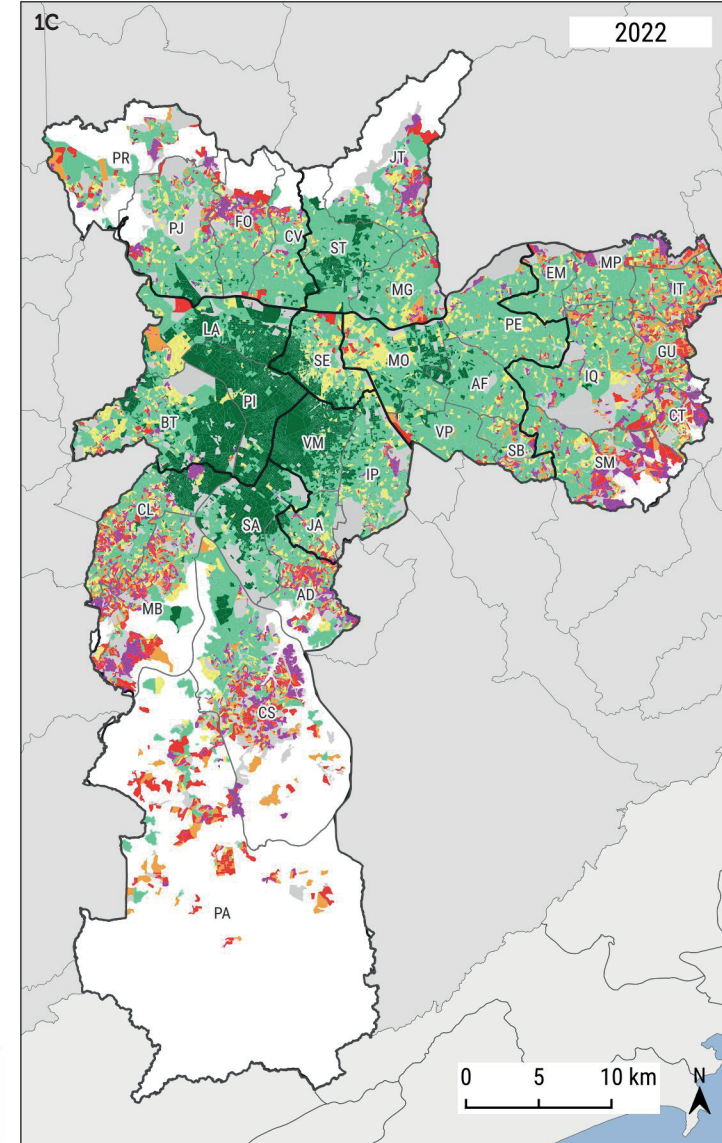
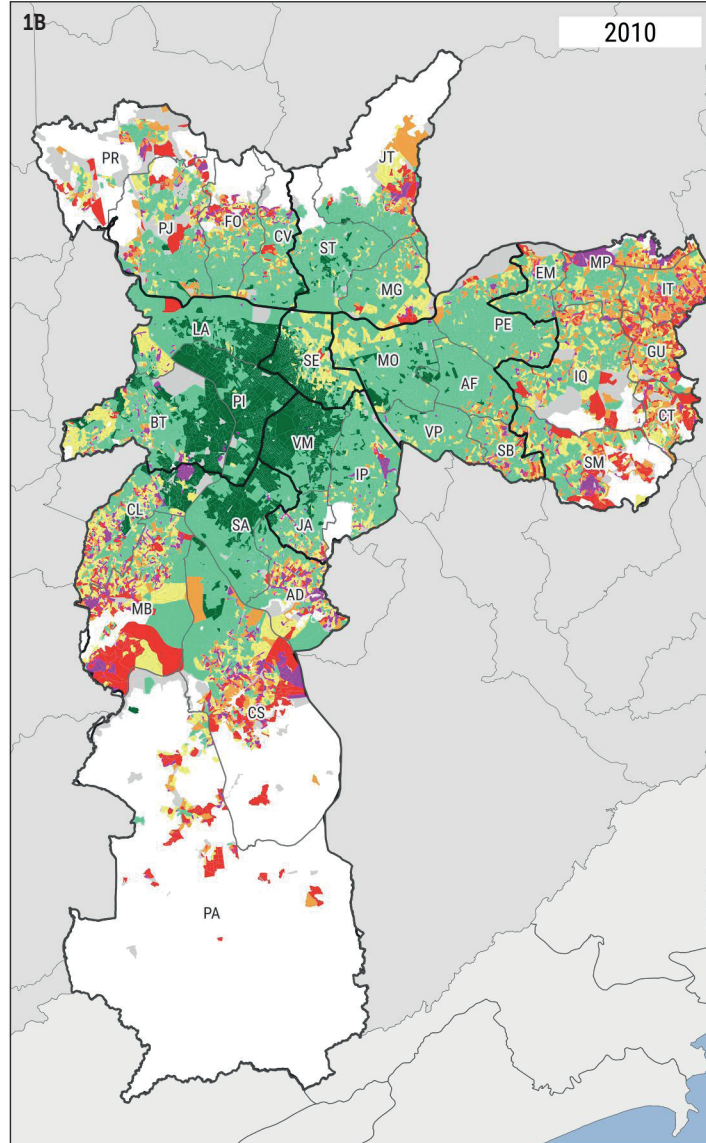
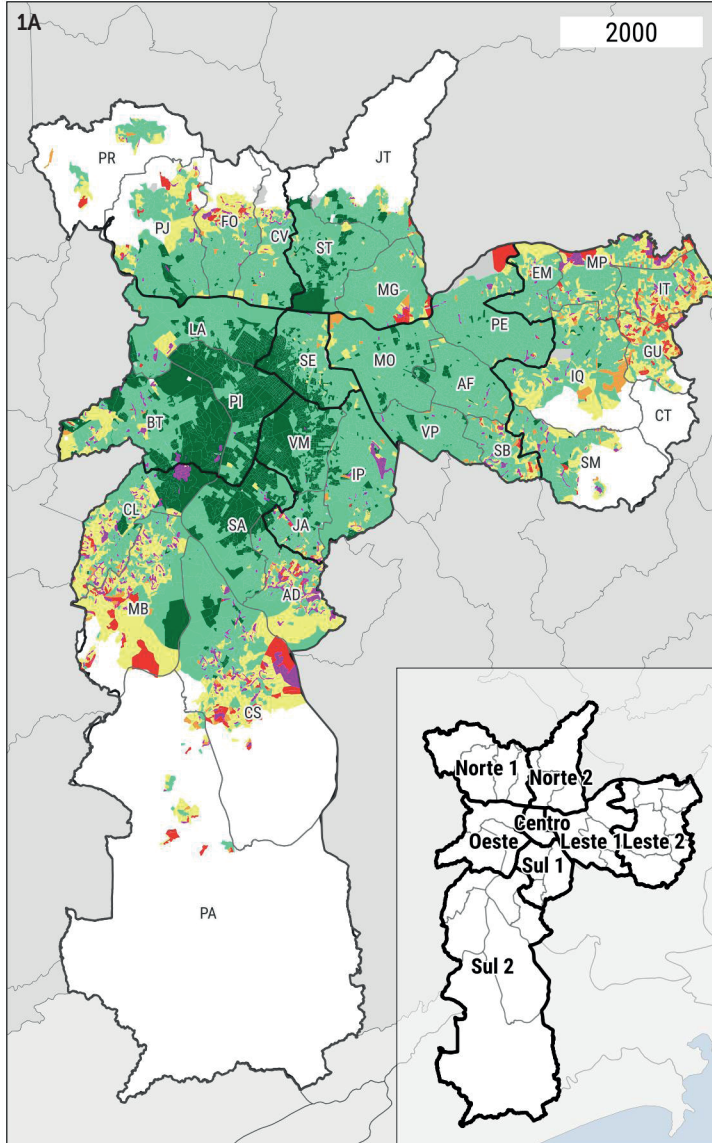


Uma vez equiparados os grupos de 2000 e 2010, procedeu-se com a adaptação de ambos à classificação de 2022, o que aconteceu de maneira direta, dados os esforços da Seade em manter a comparação conceitual com os dados de 2010.

Feito isso, três particularidades na evolução do método no decurso dos anos exigiram adaptações mais aprofundadas:

- I. Em 2022, o grupo 6, de vulnerabilidade muito alta, passou a ser composto exclusivamente por setores censitários classificados como Favelas e comunidades urbanas, diferente das versões anteriores, nas quais havia setores fora dessa classificação nesse grupo, assim como setores dentro de favelas em outros grupos. Foi realizada, então, a recomposição desse grupo para 2010 e 2000;
- II. Em 2022, os setores rurais passaram a integrar todas as categorias de vulnerabilidade, enquanto nas versões anteriores eles eram restritos a grupos específicos. Devido à ausência de uma tabela de compatibilização metodológica oficial que orientasse essa nova distribuição, optou-se por excluir os setores rurais da presente análise, concentrando o escopo exclusivamente nos setores censitários urbanos.
- III. Em todos os anos analisados há setores censitários sem classificação. Enquanto em 2022 essa condição foi formalmente definida para setores especiais (como quartéis e presídios) e setores com menos de 36 domicílios, em 2000 e 2010 não há uma caracterização equivalente na metodologia. Para fins de comparação temporal, todos esses setores foram tratados de forma uniforme na categoria “Sem classificação”.

Com a harmonização dos dados, chegamos a uma comparação efetiva da vulnerabilidade na cidade entre as três edições do IPVS, conforme apresentado no Mapa 1.



INFORMESurbanos

junho/2026

Mapas 1A, 1B e 1C

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) em 2000, 2010, 2022, após harmonização

Subprefeituras do Município de São Paulo

Fontes: IPVS 2000 (SEADE, 2004); IPVS 2010 (SEADE, 2013); IPVS 2022 (SEADE, 2025); Geosampa (2025)
 Mapa-base: Geosampa
 Elaboração: SMUL/GEINFO

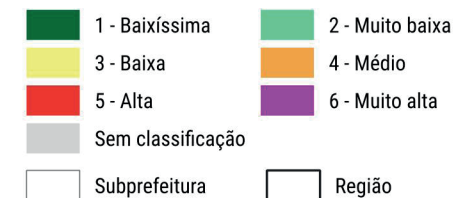
Subprefeituras

AD - Cidade Ademar
 AF - Aricanduva-Formosa-Carrão
 BT - Butantã
 CL - Campo Limpo
 CS - Capela do S
 CT - Cidade Tiradentes
 CV - Casa Verde-Limão-Cachoeirinha
 EM - Ermelino Matarazzo
 FO - Freguesia-Brasilândia
 GU - Guaianases
 IP - Ipiranga

IQ - Itaquera
 IT - Itaim Paulista
 JA - Jabaquara
 JT - Jaçanã-Tremembé
 LA - Lapa
 MB - M'Boi Mirim
 MG - Vila Maria-Vila Guilherme
 MO - Mooca
 MP - São Miguel Paulista
 PA - Parelheiros
 PE - Penha

PI - Pinheiros
 PJ - Pirituba-Jaraguá
 PR - Perus-Anhanguera
 SA - Santo Amaro
 SB - Sapopemba
 SE - Sé
 SM - São Mateus
 ST - Santana-Tucuruvi
 VM - Vila Mariana
 VP - Vila Prudente

Nível de vulnerabilidade



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

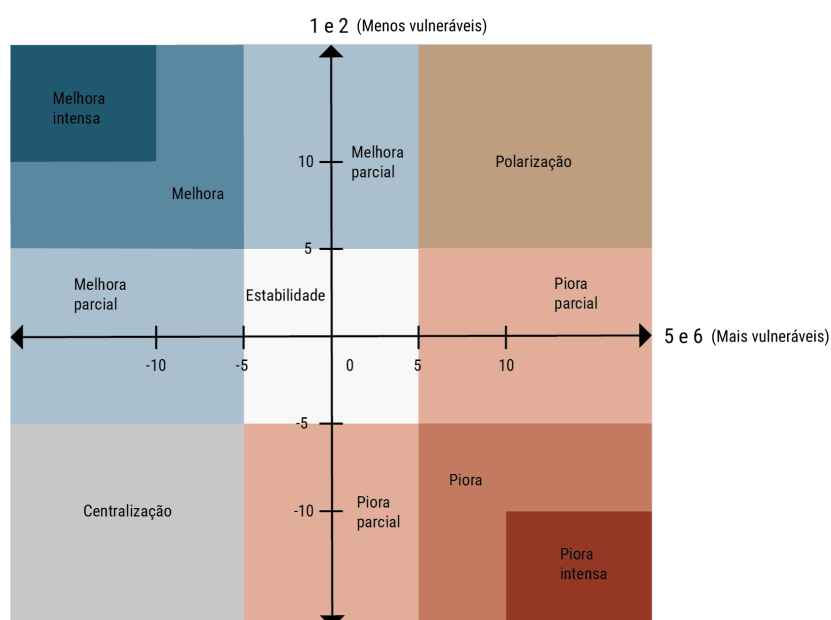
A partir dessa comparação, a análise se desdobra em duas frentes complementares: uma territorial e outra voltada aos grupos sociodemográficos. O Capítulo 4 dedica-se à leitura da dinâmica territorial da vulnerabilidade, buscando compreender como os diferentes grupos do IPVS se distribuem e se reorganizam no espaço urbano paulistano ao longo dos decênios. Inicialmente, a análise considera as proporções de área e população em cada nível do índice, tanto para o município como um todo quanto para as subprefeituras, permitindo identificar tendências gerais da vulnerabilidade social no período. Em seguida, realiza-se uma leitura mais detalhada das transformações territoriais a partir dos setores censitários, agregados nas oito regiões do município (conforme delimitado em mapa 1A).

Complementando essa leitura, analisa-se a dinâmica do IPVS ao longo de suas diferentes edições, com o objetivo de qualificar as transformações observadas na distribuição da população entre os níveis de vulnerabilidade social. Para isso, a análise toma como referência as mudanças ocorridas nas categorias extremas do índice, considerando, de um lado, a proporção da população residente nas categorias 1 e 2, correspondentes aos níveis de menor vulnerabilidade, e, de outro, as categorias 5 e 6, de maior vulnerabilidade. Essa opção metodológica decorre da identificação de um processo de crescimento relativo nos extremos da distribuição, acompanhado pela redução da participação das categorias intermediárias.

A dinâmica foi analisada em três intervalos temporais: 2000–2010, 2010–2022 e 2000–2022. Os dois primeiros permitem compreender as transformações ocorridas entre os períodos censitários, enquanto o último possibilita uma leitura mais ampla das mudanças acumuladas ao longo de todo o período analisado.

Para a classificação das dinâmicas territoriais, foram consideradas simultaneamente as variações observadas nos dois extremos do índice, conforme sintetizado no Gráfico 1. O objetivo é identificar se determinado território apresentou melhora, piora, estabilização ou outros padrões de reorganização da vulnerabilidade social ao longo do tempo. No gráfico, estão representados, nos eixos x e y, as variações em pontos percentuais do agregado das categorias 5 e 6 e 1 e 2, respectivamente.

Gráfico 1
Classificação das dinâmicas de vulnerabilidade



Elaboração: SMUL/Geoinfo

Como critério de interpretação, adotou-se o limiar de 5 pontos percentuais para caracterizar mudanças significativas. Variações inferiores a esse valor foram consideradas estáveis, de forma a evitar que oscilações menos expressivas fossem interpretadas como transformações estruturais. Assim, a estabilidade ocorre quando tanto a variação da proporção da população nas categorias de menor vulnerabilidade quanto nas de maior vulnerabilidade permanecem dentro desse intervalo.

A melhora é caracterizada pelo aumento superior a 5 pontos percentuais da população residente nas categorias de menor vulnerabilidade, simultaneamente à redução superior ao mesmo valor nas categorias de maior vulnerabilidade. Esse movimento indica, portanto, ampliação relativa da população vivendo em áreas menos vulneráveis e redução da população concentrada nas áreas mais vulneráveis. Quando essas variações ultrapassam 10 pontos percentuais em ambos os extremos, a dinâmica é classificada como melhora intensa, destacando transformações mais acentuadas.

Já a melhora parcial corresponde às situações em que apenas um dos extremos apresenta mudança significativa positiva, enquanto o outro permanece relativamente estável. Isso pode ocorrer tanto pelo aumento da participação da população nas categorias de menor vulnerabilidade, quanto pela redução da participação nas categorias de maior vulnerabilidade.

As categorias de piora seguem lógica análoga e inversa. Assim, a piora ocorre quando há redução da participação da população nas categorias de menor vulnerabilidade e aumento nas categorias de maior vulnerabilidade, enquanto a piora intensa representa versões mais acentuadas desse processo. Já a piora parcial corresponde às situações em que apenas um dos extremos apresenta deterioração significativa, permanecendo o outro relativamente estável.

Além dessas situações, foram identificadas duas dinâmicas específicas. A polarização corresponde ao aumento simultâneo da participação populacional nos dois extremos do índice, indicando aprofundamento das desigualdades e esvaziamento relativo das categorias intermediárias. Já a centralização representa o movimento oposto, marcado pela redução da participação populacional tanto nas categorias de menor quanto nas de maior vulnerabilidade, com consequente concentração relativa nos grupos intermediários.

O Capítulo 5 aprofunda a leitura da estrutura social associada aos diferentes territórios identificados pelo IPVS a partir da análise da relação entre vulnerabilidade social e cor/raça. Para isso, são considerados os grupos de cor/raça definidos pelo IBGE: amarelos, brancos, indígenas e negros (categoria agregada composta pela soma de pretos e pardos), e avaliada, para os anos de 2010 e 2022, a distribuição proporcional da população de cada grupo entre as categorias do IPVS.

No Censo de 2000, a variável cor/raça integrou apenas o questionário da amostra, não estando disponível para o universo dos setores censitários. Dessa forma, não há informações compatíveis com a escala territorial utilizada nesta análise, impossibilitando a inclusão desse censo na comparação.

A análise busca identificar a distribuição dos grupos de cor/raça entre os diferentes níveis de vulnerabilidade do IPVS, permitindo compreender quais populações se concentram em áreas de menor ou maior vulnerabilidade social, assim como as mudanças ocorridas nessa estrutura ao longo do tempo. Busca-se, assim, evidenciar permanências e transformações nas desigualdades socioespaciais associadas à cor/raça no município de São Paulo.

4. Dinâmica territorial da vulnerabilidade social em São Paulo (2000 – 2022)

Este capítulo explora como se dá a distribuição espacial da vulnerabilidade social no Município de São Paulo a partir do IPVS, considerando sua distribuição sobre a área urbanizada nos anos de 2000, 2010 e 2022. A análise tem como unidade de referência os setores censitários classificados como urbanos, ou seja, as participações percentuais de cada grupo de vulnerabilidade são calculadas em relação ao total dos setores urbanos do próprio ano, o que permite capturar tanto as mudanças na composição interna do tecido urbano quanto o avanço da urbanização sobre o território municipal no decorrer das duas décadas.

Como ponto de partida para essa análise, examina-se a evolução dos grupos de vulnerabilidade na escala municipal. A distribuição da população urbana e da área urbanizada entre as categorias do IPVS (Quadro 3) evidencia uma reestruturação importante da vulnerabilidade social no município de São Paulo entre 2000 e 2022. De maneira geral, observa-se a retração tanto das categorias intermediárias como das de menor vulnerabilidade, acompanhada pelo crescimento expressivo das categorias mais vulneráveis, indicando um aprofundamento das desigualdades socioespaciais no período analisado.

Quadro 3
Evolução da ocupação da área e população urbanas por grupo de vulnerabilidade social (IPVS)
 Município de São Paulo
 2000, 2010 e 2022

		1 - Baixíssima	2 - Muito Baixa	3 - Baixa	4 - Média	5 - Alta	6 - Muito Alta	Sem classificação	Total
Área	2000	16,5%	57,9%	17,4%	1,9%	2,9%	2,8%	0,6%	100,0%
	2010	12,4%	44,4%	13,7%	9,0%	8,7%	4,1%	7,7%	100,0%
	2022	15,2%	41,9%	9,8%	5,5%	7,8%	6,1%	13,7%	100,0%
População	2000	14,7%	53,1%	17,9%	2,3%	3,0%	8,8%	0,0%	100,0%
		1.443.407	5.204.057	1.758.753	227.021	296.766	867.159	1.548	9.798.711
	2010	13,3%	39,4%	15,6%	11,1%	8,5%	11,3%	0,7%	100,0%
		1.486.905	4.398.004	1.743.373	1.242.931	950.837	1.257.184	72.636	11.151.870
	2022	16,5%	40,8%	11,5%	6,2%	9,5%	15,0%	0,5%	100,0%
		1.881.511	4.664.794	1.319.304	713.445	1.085.646	1.712.696	57.390	11.434.786

Fonte: SEADE (2025). Elaboração: SMUL/Geoinfo.

Os grupos de baixíssima, muito baixa e baixa vulnerabilidade, que em 2000 concentravam conjuntamente 91,8% da área urbanizada e 85,7% da população do município, reduziram sua participação para 66,9% da área e 68,8% da população em 2022. Embora esses grupos permaneçam predominantes no território paulistano, sua retração é significativa, especialmente na categoria de vulnerabilidade muito baixa, cuja participação caiu de 57,9% para 41,9% da área urbanizada e de 53,1% para 40,8% da população. A categoria de baixíssima vulnerabilidade apresentou dinâmica distinta, com redução em 2010 seguida de recuperação parcial em 2022, sugerindo processos localizados de valorização e requalificação urbana em determinados setores da cidade.

Em sentido oposto, as categorias de maior vulnerabilidade ampliaram de forma intensa sua presença no município. Os grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta, que em 2000 correspondiam conjuntamente a apenas 7,6% da área urbanizada, passaram a representar 19,4% em 2022. Em termos populacionais, o crescimento foi ainda mais expressivo: essas categorias concentravam 14,1% da população em 2000 e passaram a reunir 30,7% em 2022, mais que dobrando sua participação relativa no município. Destaca-se especialmente a categoria de vulnerabilidade muito alta, cuja participação na população aumentou de 8,8% para 15%, enquanto sua ocupação territorial passou de 2,8% para 6,1% da área urbanizada. A vulnerabilidade alta também apresentou crescimento contínuo, passando de 3% para 9,5% da população municipal.

Esse movimento não representa apenas a expansão territorial das áreas que concentram populações vulneráveis, mas também um aumento proporcional da população vivendo nesses territórios, indicando intensificação da vulnerabilidade social em parcelas significativas da cidade. Paralelamente, observa-se a redução contínua da categoria de vulnerabilidade baixa, sugerindo um enfraquecimento relativo das situações intermediárias e uma maior concentração da população nos extremos da estrutura de vulnerabilidade.

As diferenças entre a distribuição da área urbanizada e da população em cada categoria também revelam padrões importantes da ocupação urbana paulistana. As categorias de maior vulnerabilidade concentram proporcionalmente mais população do que área, indicando densidades populacionais mais elevadas nesses territórios. Em 2022, por exemplo, a categoria de vulnerabilidade muito alta correspondia a 6,1% da área urbanizada do município, mas concentrava 15% da população. Nas categorias de menor vulnerabilidade ocorre o inverso: sua participação territorial tende a ser superior à participação populacional, refletindo densidades relativamente menores. Esses dados evidenciam que a vulnerabilidade social no município não se expressa apenas nas condições socioeconômicas da população, mas também na forma de ocupação do território urbano.

Para além da leitura do município como um todo, a análise avança para uma escala intermediária, organizando as subprefeituras em oito regiões (Oeste, Norte 1, Norte 2, Centro, Leste 1, Leste 2, Sul 1 e Sul 2), de modo que cada unidade administrativa seja compreendida em seu contexto territorial mais amplo (Mapa 1). Buscando compreender a distribuição territorial da vulnerabilidade, bem como sua evolução ao longo dos anos, o Gráfico 2 exibe distribuição percentual dos grupos de vulnerabilidade social sobre a área urbanizada por subprefeitura e de forma regionalizada, enquanto o Gráfico 3 traz as mesmas informações para a população.

Gráfico 2
Distribuição da proporção de área urbanizada por categoria do IPVS
 Subprefeituras de São Paulo
 2000, 2010, 2022

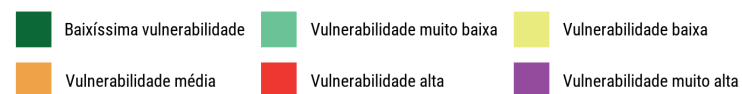
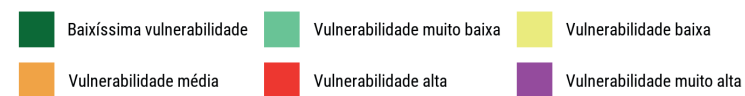


Gráfico 3
Distribuição da proporção de população urbana por categoria do IPVS
 Subprefeituras de São Paulo
 2000, 2010, 2022



Os Gráficos 2 e 3 retratam um aumento notório da participação dos grupos de média a muito alta vulnerabilidade na área urbana das subprefeituras nas últimas décadas. No ano 2000, todas as subprefeituras tinham mais de 75% do território urbano e de 50% da população em vulnerabilidade baixíssima a baixa, com exceção de Parelheiros, única que superava 25% da ocupação pelos grupos 4, 5 e 6. Em população, esse percentual foi atingido em subprefeituras das regiões Leste 2 e Sul 2, nos extremos da cidade.

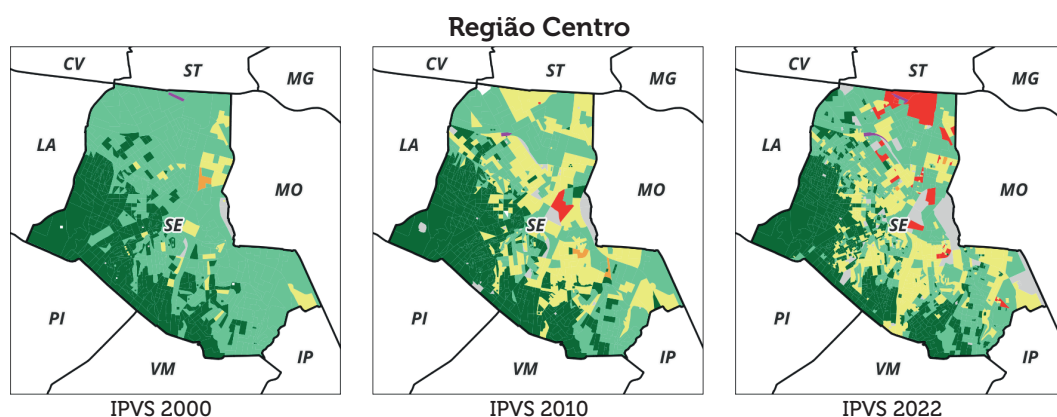
Esse panorama muda radicalmente a partir de 2010, decênio no qual exclusivamente as regiões Centro, Oeste e Sul 1 possuem subprefeituras que não ultrapassam os mesmos 25%, tanto em população quanto em área. Em destaque, as regiões Leste 2 e Sul 2, que já possuíam os piores índices em 2000, passam a ter metade ou mais das suas subprefeituras nas quais a maioria da população vive em áreas de média, alta ou muito alta vulnerabilidade.

Em 2022, essa tendência se preserva, mas com menor intensidade. Apenas Guaianases e Cidade Tiradentes, na Leste 2, e Parelheiros, na Sul 2, seguem com os grupos 4 a 6 ultrapassando 50% da ocupação urbana, embora tenha havido um crescimento geral na faixa de 25% a 50%. Na população, Leste 2 e Sul 2 seguem com mais de metade das subprefeituras com mais de 50% da população nas categorias 4, 5 e 6. É notável, também, o aumento da participação do grupo 6 em praticamente todas as regiões, com exceção do Centro e do Oeste, indicando não apenas a persistência, mas o aprofundamento da vulnerabilidade social em parcelas da área urbanizada do município.

Esse aumento expressivo do percentual ocupado por grupos mais vulneráveis entre 2000 e 2022 levanta, entre outras possibilidades, duas hipóteses interpretativas que merecem cautela analítica. A primeira diz respeito à expansão da área urbana total: à medida que novos territórios frequentemente periféricos (como loteamentos irregulares, empreendimentos habitacionais ou favelas) são incorporados à mancha urbana, o denominador de maior vulnerabilidade cresce, diluindo a participação percentual dos distintos grupos. Uma segunda hipótese envolve o próprio reconhecimento cartográfico em que áreas de ocupação precária preexistentes, anteriormente classificadas como vegetação ou uso não-urbano nas bases do IBGE, podem ter sido progressivamente identificadas como área urbanizada nas edições posteriores, refletindo no aumento do numerador dos grupos 4 a 6.

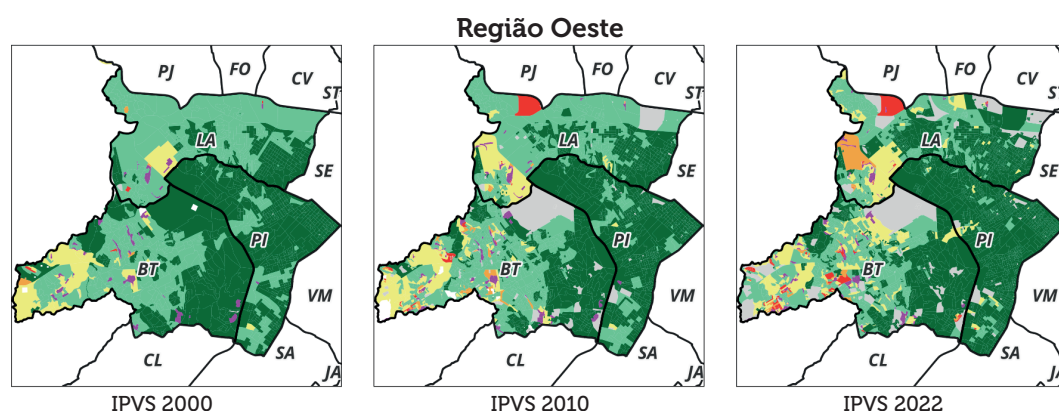
É provável que essas duas dinâmicas operem simultaneamente e em direções nem sempre convergentes. Portanto, é recomendável que as tendências observadas sejam lidas como indicativas e não como medidas precisas de piora ou melhora das condições de vulnerabilidade urbana no município.

Para investigar esse e outros movimentos, revelando dinâmicas territoriais distintas entre as oito regiões do município, seguiremos por breve leitura regionalizada que abre caminhos para debates e hipóteses. Em forma complementar à leitura, a análise regional será acompanhada da ampliação do detalhamento do mapa 1, recortada para a região objeto, entre os anos 2000, 2010 e 2022.

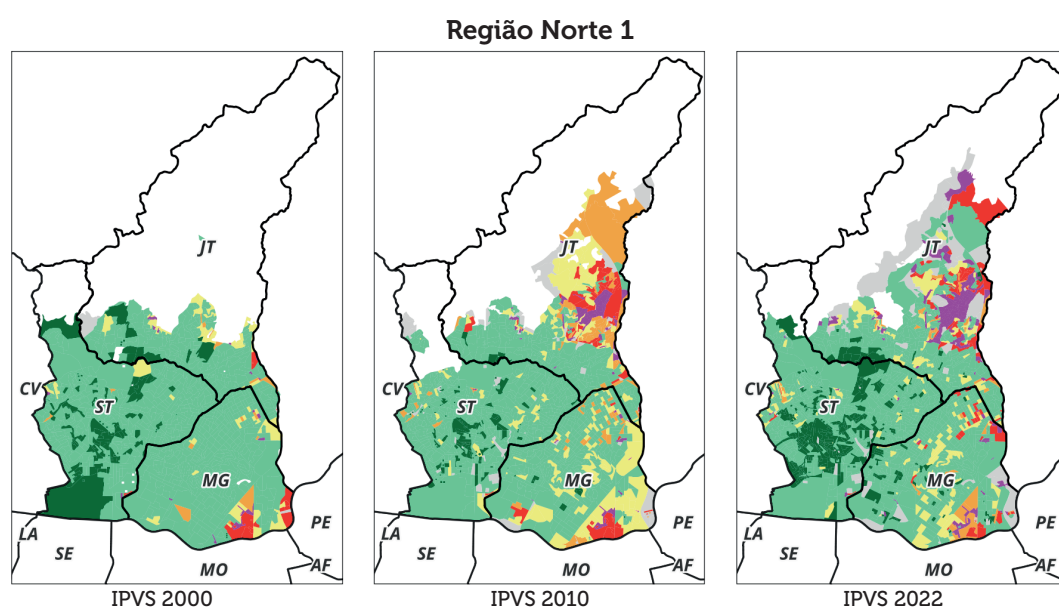


A região Centro, composta pela Subprefeitura da Sé (SE), em 2000 era um território majoritariamente composto pelos grupos de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade, com algumas manchas pontuais de vulnerabilidade baixa. Os grupos de média a muito alta vulnerabilidade eram pouco expressivos diante da realidade territorial. Em 2010, nota-se a estabilização do grupo 1 e a migração de diversas áreas que antes integravam o grupo 2 para o grupo 3, enquanto em 2022 há retração do grupo 1 e a alta vulnerabilidade

passa a ter mais peso na composição da área. Nesse contexto, é observável uma tendência ao aumento da vulnerabilidade de incremento proporcionalmente relevante, especialmente considerando que a área urbanizada da região permaneceu estável entre os decênios, o que indica conversões na composição interna do território já consolidado, e não a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano.

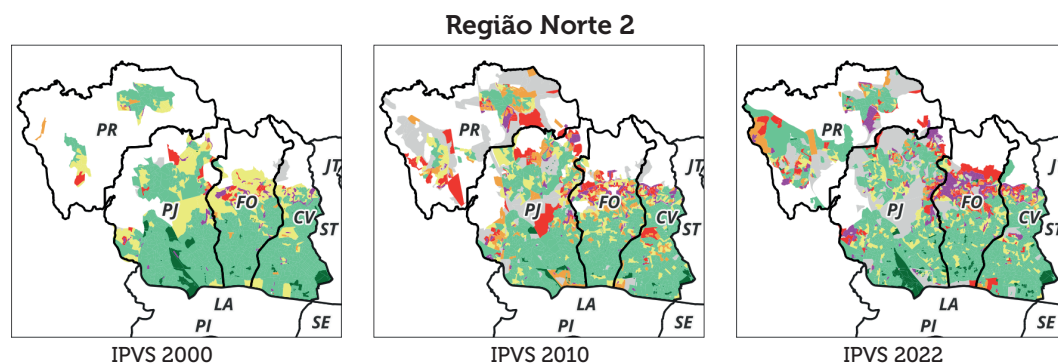


A região Oeste – subprefeituras de Pinheiros (PI), Butantã (BT) e Lapa (LA) – constitui-se como a de menor vulnerabilidade do município. De forma inicial, as três subprefeituras indicavam predominância dos grupos de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade, com Pinheiros delineando-se com a menor vulnerabilidade. Em 2010, o mapa revela intensificação de manchas amarelas, indicativas de vulnerabilidade baixa, especialmente em Butantã e Lapa, movimento confirmado pelos gráficos 2 e 3. Em 2022, Butantã e Lapa mostram ascensão dos grupos 3 e 4, além do surgimento mais nítido de vulnerabilidade alta e muito alta. Apesar desses movimentos, a região Oeste, como um todo, preserva sua condição de baixa vulnerabilidade relativa.



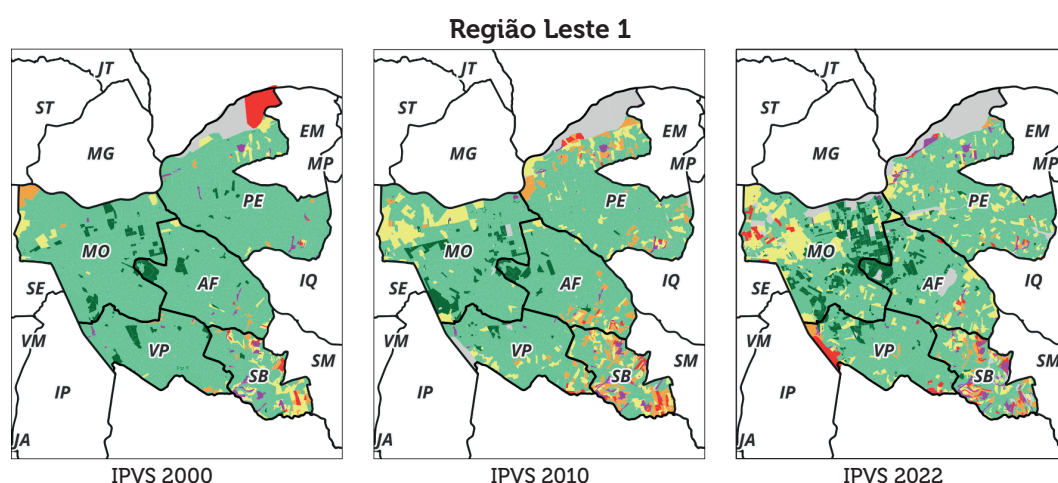
Na região Norte 1, composta pelas subprefeituras de Santana-Tucuruvi (ST), Vila Maria-Vila Guilherme (MG) e Jaçanã-Tremembé (JT), observa-se uma trajetória de aumento da vulnerabilidade social, embora marcada por dinâmicas distintas entre esses territórios. Em 2000, a região era predominantemente composta pelo grupo de muito baixa vulnerabilidade, com Santana-Tucuruvi exibindo ainda parcela relevante de baixíssima vulnerabilidade. Já em 2010, o mapa revela mudança perceptível, especialmente em Jaçanã-Tremembé, onde grandes manchas de vulnerabilidade média e alta passam a dominar porções significativas do território – movimento que os Gráficos 2 e 3 confirmam como o mais intenso da região.

No último decênio, Jaçanã-Tremembé estrutura-se como a subprefeitura de maior vulnerabilidade da região, com grupos de muito alta vulnerabilidade no extremo norte do território, enquanto Vila Maria-Vila Guilherme também registra ampliação dos grupos de maior vulnerabilidade e Santana-Tucuruvi, com dispersão da baixíssima vulnerabilidade. A região Norte 1 e suas subprefeituras apontam para o crescimento da vulnerabilidade no período analisado, puxada sobretudo pela expansão urbana sobre áreas de maior precariedade em Jaçanã-Tremembé.



Na região Norte 2, formada pelas subprefeituras de Casa Verde-Cachoeirinha (CV), Perus (PR), Pirituba-Jaraguá (PJ) e Freguesia-Brasilândia (FO), desde 2000 a vulnerabilidade apresenta contrastes internos marcantes. No primeiro período, Casa Verde-Cachoeirinha destacava-se pelo predomínio de muito baixa vulnerabilidade, enquanto Perus e Pirituba-Jaraguá exibiam territórios díspares, com alternância entre grupos de baixa a alta vulnerabilidade. Já Freguesia-Brasilândia tinha participação relevante de vulnerabilidade baixa, média e alta, com crescente vulnerabilidade nas extremidades territoriais.

No segundo decênio há intensificação generalizada da vulnerabilidade na região, com expansão das manchas de alta e muito alta vulnerabilidade em Perus e Pirituba-Jaraguá, e aumento dos grupos de média, alta e, ainda, muito alta vulnerabilidade em Freguesia-Brasilândia, movimento que os Gráficos 2 e 3 confirmam como tendência regional consistente. Em 2022, Freguesia-Brasilândia mostra a maior vulnerabilidade da região, com existência de grupos de alta e muito alta vulnerabilidade, enquanto Pirituba-Jaraguá e Perus seguem trajetória semelhante, ainda que em menor intensidade. Casa Verde-Cachoeirinha, por sua vez, se mantém menos vulnerável. Assim, a região Norte 2 combina subprefeituras de perfis bastante distintos, tendo em comum a expansão da vulnerabilidade que se manifesta com maior força nas porções mais periféricas do território.

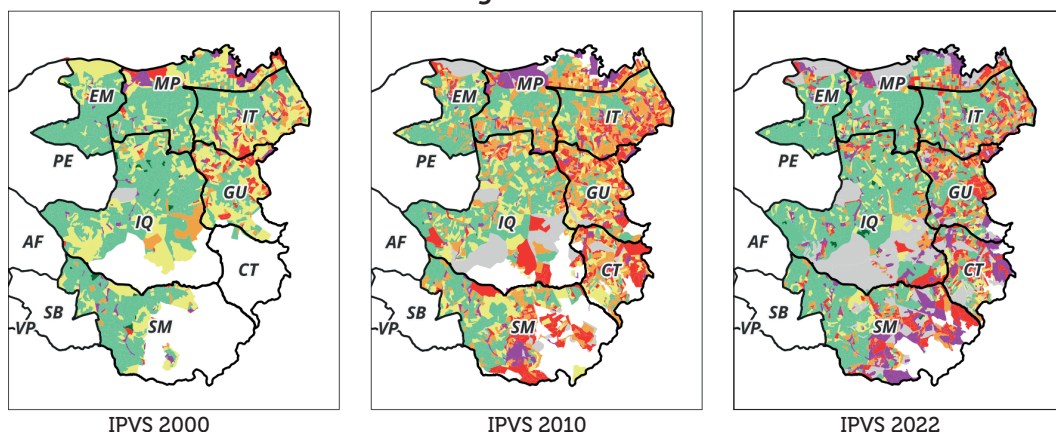


A região Leste 1, constituída pelas subprefeituras de Aricanduva-Formosa-Carrão (AF), Mooca (MO), Penha (PE), Vila Prudente (VP) e Sapopemba (SB), era em 2000 amplamente composta pelo grupo de muito baixa vulnerabilidade, com baixíssima vulnerabilidade na Mooca e manchas pontuais de vulnerabilidade alta concentradas no extremo norte e sul da região – Penha e Sapopemba, respectivamente.

Em 2010, o mapa revela uma dispersão crescente da vulnerabilidade pelo território: a muito baixa permanece dominante, mas surgem áreas de baixa e média vulnerabilidade distribuídas por praticamente todas as subprefeituras, com destaque para Aricanduva-Formosa-Carrão e Sapopemba, que ainda comportam os grupos 5 e 6.

Em 2022, esse processo se firma, com Mooca e Aricanduva-Formosa-Carrão apontando progresso espacial dos grupos de vulnerabilidade baixa. Em Aricanduva, há certa retração da média vulnerabilidade. Já Sapopemba é marcada pela maior vulnerabilidade da região, com crescente de alta e muito alta vulnerabilidade. A baixíssima vulnerabilidade se consolida na região Mooca, refletindo a transformação gradual no entorno da estação Tatuapé. A região Leste 1, portanto, preserva vulnerabilidade relativamente moderada em comparação a outras regiões do município, com as subprefeituras mais periféricas concentrando as piores condições, e outras se estabilizando com menor vulnerabilidade.

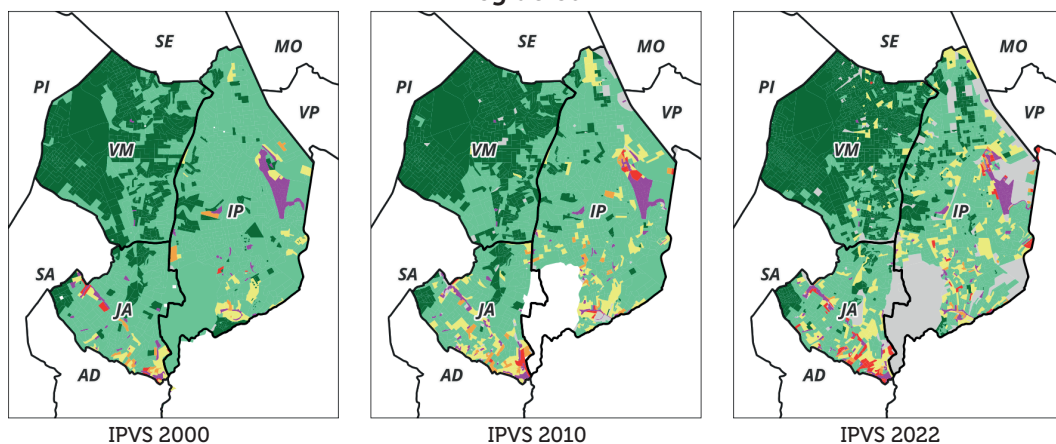
Região Leste 2



Ao extremo leste, a região Leste 2, composta pelas subprefeituras de Ermelino Matarazzo (EM), São Miguel Paulista (MP), Itaquera (IQ), Guaianases (GU), Itaim Paulista (IT), São Mateus (SM) e Cidade Tiradentes (CT), delinea-se como a de maior vulnerabilidade do município, com poucas áreas de baixíssima vulnerabilidade. Esse padrão é evidente desde o primeiro período, quando a área urbanizada possuía uma composição variada da vulnerabilidade, com alternância entre muito baixa vulnerabilidade e grupos intermediários – 3 e 4 – distribuídos por toda a região, além de elevada vulnerabilidade (alta e muito alta) em São Miguel Paulista, Itaim Paulista e Guaianases.

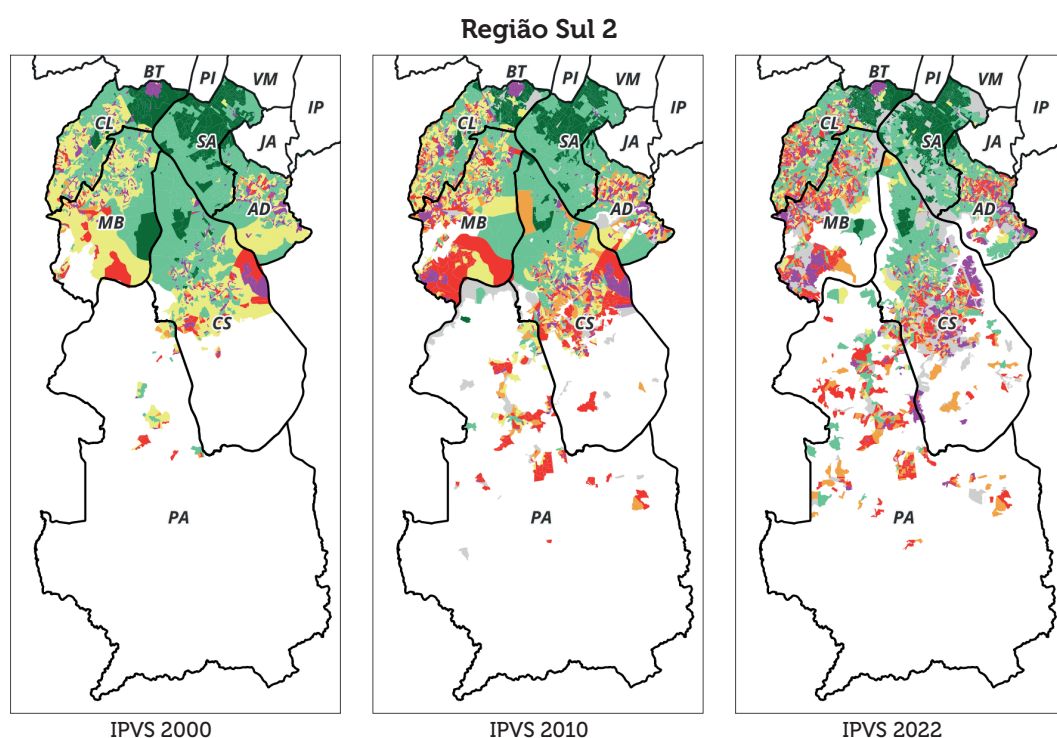
Em 2010 a piora é generalizada, conforme mostram as manchas de vulnerabilidade média, alta e muito alta, que avançam sobre grande parte do território. Esse movimento se agrava em 2022, com a vulnerabilidade muito alta ocupando relevante parte do território e em múltiplas subprefeituras, especialmente em Cidade Tiradentes, São Mateus, Guaianases e São Miguel Paulista, consolidando a região Leste 2 com uma piora intensa comparada às demais regiões.

Região Sul 1



Na região Sul 1, composta pelas subprefeituras de Vila Mariana (VM), Ipiranga (IP) e Jabaquara (JA), predominavam no ano de 2000 áreas de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade, com Vila Mariana concentrando as melhores condições da região e manchas pontuais de vulnerabilidade alta e muito alta em Ipiranga e Jabaquara, além da favela de Heliópolis no Ipiranga. Em 2010, contrastando com as piores registradas na cidade de forma geral, a região apresenta poucas alterações, com destaque na piora do seu extremo sul.

Em 2022, Vila Mariana se intensifica ainda mais como região de baixíssima vulnerabilidade, enquanto o Ipiranga passa por uma transformação do território, em especial com aumento percentual significativo de baixa e baixíssima vulnerabilidade (provavelmente deslocamentos provocados pela diminuição percentual da vulnerabilidade muito baixa). Os grupos aparecem fragmentados pela região, mas com tendência de menor vulnerabilidade próximo da Vila Mariana. Jabaquara, por sua vez, abriga de forma mais marcante vulnerabilidade alta e muito alta em suas porções mais periféricas. A região Sul 1 retém menor vulnerabilidade, ancorado sobretudo no peso de Vila Mariana, com desenvolvimento da vulnerabilidade que se intensifica na direção das subprefeituras da região Sul 2.



A região Sul 2, composta pelas subprefeituras de Santo Amaro (SA), Campo Limpo (CL), Cidade Ademar (AD), M'Boi Mirim (MB), Capela do Socorro (CS) e Parelheiros (PA), é a de maior extensão territorial apresenta contrastes internos significativos. No início do século, o território já exibiu uma polarização clara: Santo Amaro com os melhores indicadores da região e predomínio de baixíssima e muito baixa vulnerabilidade, enquanto as demais registravam parcela significativa de vulnerabilidade alta e muito alta. Parelheiros se destaca por não conter qualquer área de baixíssima vulnerabilidade.

Em 2010, manchas de vulnerabilidade média, alta e muito alta avançam sobre Campo Limpo, Cidade Ademar e Capela do Socorro, enquanto M'Boi Mirim aprofunda seu perfil de alta vulnerabilidade. Parelheiros segue em condição precária, com áreas urbanizadas esparsas do extremo sul. Em 2022, a região se caracteriza pela diversidade dos índices de vulnerabilidade, com vulnerabilidade alta e muito alta presente de forma difusa em praticamente todas as subprefeituras, à exceção de Santo Amaro, polo de menor vulnerabilidade relativa na porção norte da região. A região Sul 2, nesse contexto, configura-se como a região de piora mais persistente no período observado, de forma semelhante a Leste 2, com suas subprefeituras mais periféricas expandindo áreas urbanizadas e concentrando algumas das condições de vulnerabilidade mais severas do município.

Em suma, a trajetória da vulnerabilidade social em São Paulo entre 2000 e 2022 revela um processo de consolidação de contrastes e desigualdades territoriais. A análise integrada das subprefeituras permite identificar que o município se move em velocidades e direções distintas: enquanto as regiões Centro e Oeste mantêm um regime de estabilidade em patamares de baixa vulnerabilidade, as franjas extremas das zonas Leste e Sul enfrentam uma intensificação dos núcleos de precariedade, frequentemente associada à ocupação de áreas de proteção ambiental e à carência de infraestrutura consolidada. Entre esses dois extremos, as regiões Norte 1, Leste 1 e Sul 1 emergem como territórios críticos de transição.

Essa leitura é aprofundada, em seguida, pela análise das dinâmicas de vulnerabilidade social na escala distrital, buscando compreender como os diferentes territórios do município evoluíram ao longo do período a partir das mudanças observadas nas categorias extremas do IPVS. A síntese dessas dinâmicas é apresentada nos Mapas 2 e 3 (p. 19 e 20), que permitem identificar padrões de melhora, piora, estabilização, polarização e centralização da vulnerabilidade social entre os períodos analisados, de acordo com a classificação estabelecida no Gráfico 1.

O Mapa 2 (p. 19) apresenta, para cada edição do IPVS, a proporção da população residente nas categorias 1 e 2, de menor vulnerabilidade social, e nas categorias 5 e 6, de maior vulnerabilidade, permitindo visualizar territorialmente a distribuição das categorias extremas no município. Já o Mapa 3 sintetiza as dinâmicas identificadas entre os períodos censitários e no acumulado de 2000 a 2022, evidenciando o direcionamento das transformações ocorridas em cada distrito.

A comparação entre os períodos evidencia que a principal inflexão na estrutura da vulnerabilidade paulistana ocorreu entre 2000 e 2010, quando há expansão expressiva das categorias de maior vulnerabilidade em grande parte das periferias urbanas. Entre 2010 e 2022, embora persistam processos de agravamento em parte do território, observa-se sobretudo a consolidação e reorganização espacial dessa configuração produzida no período anterior.

Os mapas referentes ao ano de 2000 revelam uma cidade ainda fortemente concentrada nas categorias de menor vulnerabilidade. A maior parte dos distritos possuía mais de 80% da população nas categorias 1 e 2 (Mapa 2A), sobretudo no centro expandido e em seus arredores imediatos, com pouca presença dessa condição nos extremos periféricos. Em sentido oposto, os distritos com maior participação das categorias 5 e 6 (Mapa 2D) concentravam-se principalmente nos extremos sul, nordeste e noroeste do município. Nesse contexto, apenas Vila Andrade apresentava mais da metade da população vivendo nas categorias de maior vulnerabilidade.

Os Mapas 2B e 2E, referentes a 2010, demonstram um aumento expressivo da precariedade na cidade, porém distribuído de forma heterogênea no território intraurbano. Observa-se uma redução significativa dos distritos com predominância das categorias de menor vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que cresce a presença territorial das categorias 5 e 6. O Mapa 3A evidencia que esse processo ocorreu de maneira particularmente intensa nos extremos da cidade, onde diversos distritos registraram simultaneamente redução superior a 10 pontos percentuais nas categorias de menor vulnerabilidade e aumento também superior a 10 pontos nas categorias de maior vulnerabilidade, configurando piora intensa. As periferias menos extremas e parte do entorno do centro histórico também apresentaram piora, ainda que em menor intensidade.

Nesse período, apenas Barra Funda registrou algum tipo de melhora. Em contraste, o sudoeste da cidade, que já concentrava em 2000 as maiores proporções de população nas categorias de menor vulnerabilidade e as menores participações nas categorias de maior vulnerabilidade, permaneceu majoritariamente estável. Esse padrão evidencia forte persistência da estrutura socioespacial paulistana, marcada pela manutenção das áreas historicamente privilegiadas no quadrante sudoeste, onde se concentram empregos, equipamentos públicos e comércio e serviços (Nakano et al., 2004); e pela concentração contínua das maiores vulnerabilidades nas periferias extremas.

Os Mapas 2C e 2F, referentes a 2022, revelam a continuidade desse padrão estrutural, mas também indicam novas dinâmicas territoriais. Mantêm-se extensas áreas de baixa vulnerabilidade no sudoeste, em parte da zona norte e em distritos da Leste 1. Ao mesmo tempo, observa-se no extremo leste o

aumento simultâneo da participação da população tanto nas categorias de menor quanto nas de maior vulnerabilidade. Essa dinâmica aparece representada no Mapa 3B (p. 20) como polarização, categoria inexistente na comparação entre 2000 e 2010, mas presente entre 2010 e 2022 e na avaliação acumulada de 2000 a 2022, especialmente em distritos no leste, noroeste e sul.

A polarização representa o aprofundamento da heterogeneidade interna dos distritos, com crescimento simultâneo da população nos extremos de vulnerabilidade. Todos os distritos classificados como polarização entre 2010 e 2022 (Mapa 3B) haviam registrado anteriormente piora parcial, piora ou piora intensa, indicando que o aumento recente da participação das categorias de menor vulnerabilidade não significou reversão das condições anteriores, mas sim aprofundamento das desigualdades internas.

Entre os 73 distritos que apresentaram algum tipo de piora entre 2000 e 2010, 21 registraram estabilização no período seguinte, concentrando-se principalmente no entorno do centro expandido. Outros 16 apresentaram algum tipo de melhora entre 2010 e 2022 — sendo 14 deles classificados como melhora parcial —, especialmente nos extremos sul e leste da cidade, indicando processos localizados de recuperação. Ainda assim, 19 distritos continuaram apresentando piora parcial, evidenciando a continuidade do agravamento da vulnerabilidade em parte do território.

Entre os 22 distritos que permaneceram estáveis entre 2000 e 2010, 17 mantiveram essa condição no período seguinte. Esses distritos concentram-se majoritariamente no eixo sudoeste, região que apresenta historicamente os menores níveis de vulnerabilidade social do município, indicando consolidação dessa condição ao longo de todo o período analisado. Distritos como Moema, Perdizes, Pinheiros, Jardim Paulista, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Vila Mariana e Santo Amaro mantiveram mais de 90% da população nas categorias 1 e 2 em todas as edições do IPVS. Também aparecem nessa condição alguns distritos das zonas norte e leste, como Santana, Tucuruvi, Carrão, Tatuapé e Água Rasa.

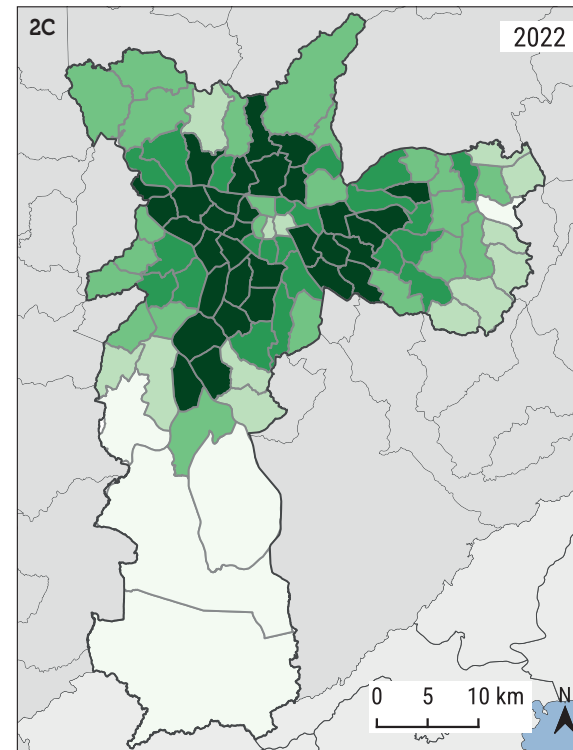
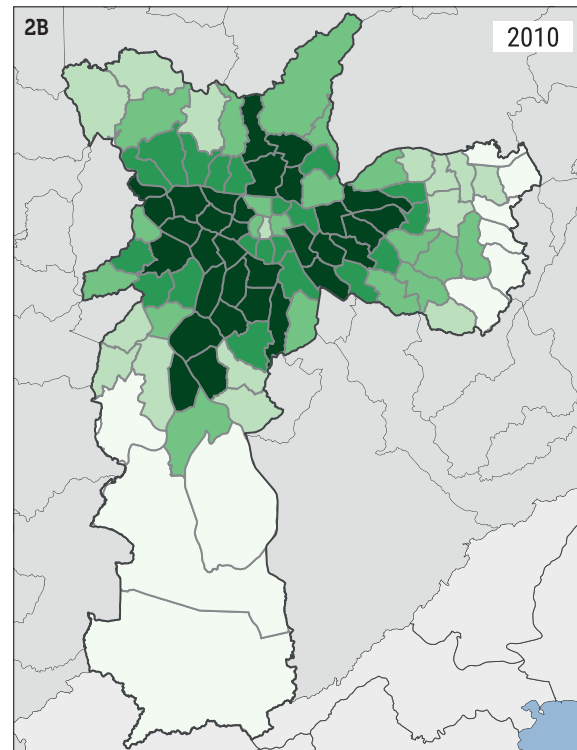
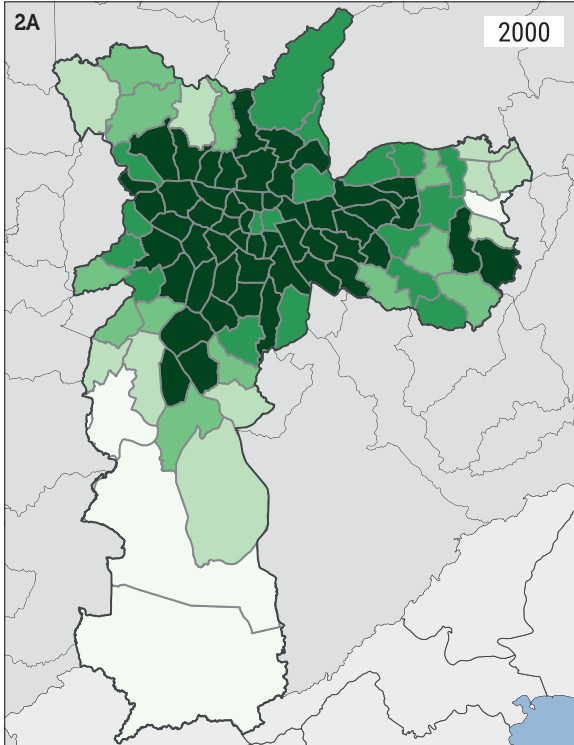
A avaliação acumulada entre 2000 e 2022 (Mapa 3C), demonstra que, embora parte dos distritos periféricos tenha apresentado melhora ou estabilização entre 2010 e 2022, esse movimento foi insuficiente para recuperar os patamares observados em 2000. Esse padrão é particularmente evidente na zona leste, onde distritos que registraram melhora parcial ou polarização no período mais recente ainda permanecem classificados como piora ou piora intensa na comparação total.

As regiões norte e sul também apresentaram predominância de piora no período acumulado, com melhorias restritas a poucos distritos isolados. Observa-se, assim, uma tendência geral de estabilização das áreas historicamente menos vulneráveis e agravamento das áreas mais vulneráveis, aprofundando as desigualdades socioespaciais no município.

Alguns casos revelam dinâmicas ainda mais complexas. Distritos como Tatuapé e Ipiranga apresentaram estabilização nos dois períodos intercensitários, mas registraram piora na comparação acumulada entre 2000 e 2022, indicando que pequenas deteriorações sucessivas, embora insuficientes para alterar a classificação em cada intervalo isoladamente, tornam-se relevantes quando observadas no longo prazo. Já distritos como São Mateus, Vila Formosa e Cidade Dutra tiveram piora em um período compensada por melhora no seguinte, resultando em estabilização no acumulado. Nesses casos, a estabilidade decorre de movimentos compensatórios entre os períodos, diferindo da estabilidade estrutural observada no eixo sudoeste.

A quase ausência de dinâmicas de centralização, identificada apenas no Jaguaré na comparação total, reforça que a trajetória recente do município não aponta para convergência em categorias intermediárias, mas sim para manutenção ou ampliação dos contrastes territoriais. A dinâmica predominante observada nos mapas é de expansão ou consolidação dos extremos da vulnerabilidade, evidenciando um processo de aprofundamento da fragmentação socioespacial paulistana.

Essa leitura, ao evidenciar diferentes regimes territoriais de distribuição da vulnerabilidade, aponta para a necessidade de avançar para além da dimensão espacial, direcionando a análise para a estrutura social subjacente a esses padrões, de modo a compreender quais características demográficas e socioeconômicas sustentam e reproduzem tais desigualdades no território.



INFORMESurbanos

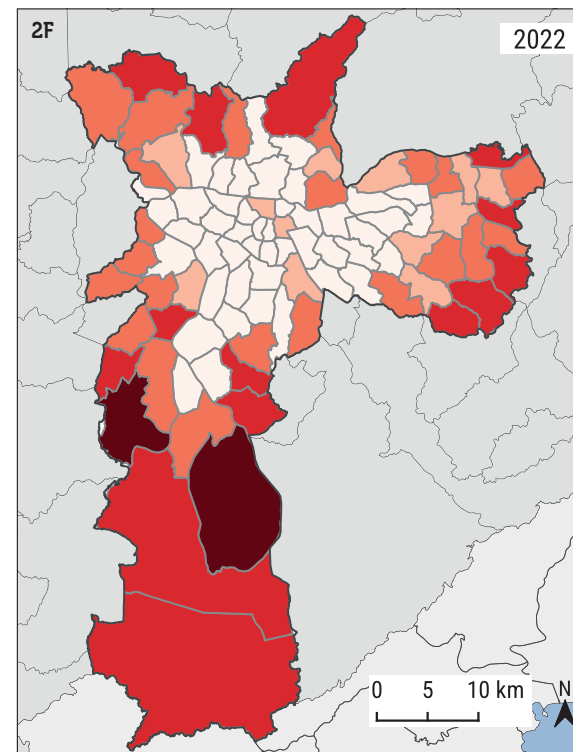
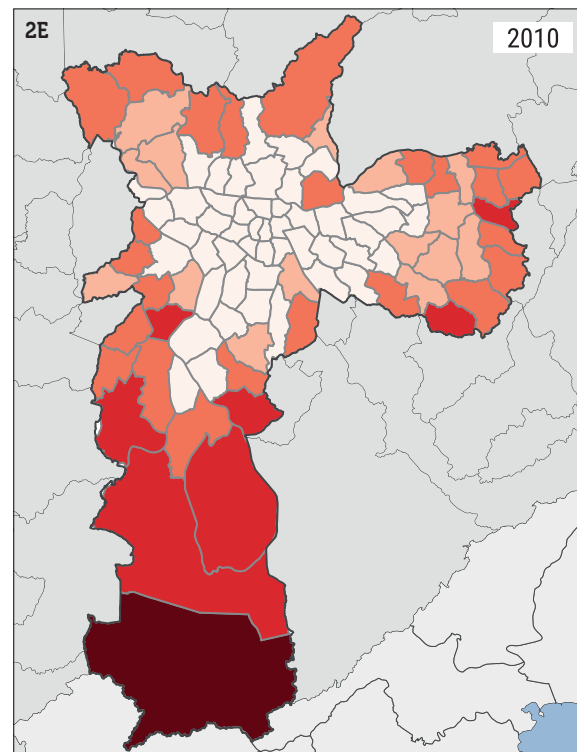
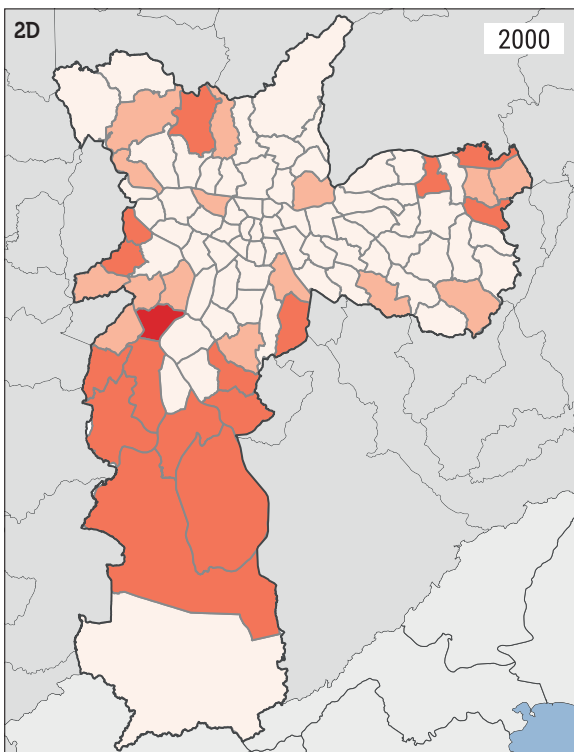
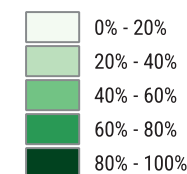
maio/2026

Mapas 2A, 2B, 2C,
2D, 2E e 2F
Proporção de moradores
nas categorias 1 e 2
e 5 e 6 do IPVS

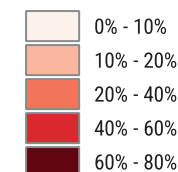
Distritos do Município de São Paulo

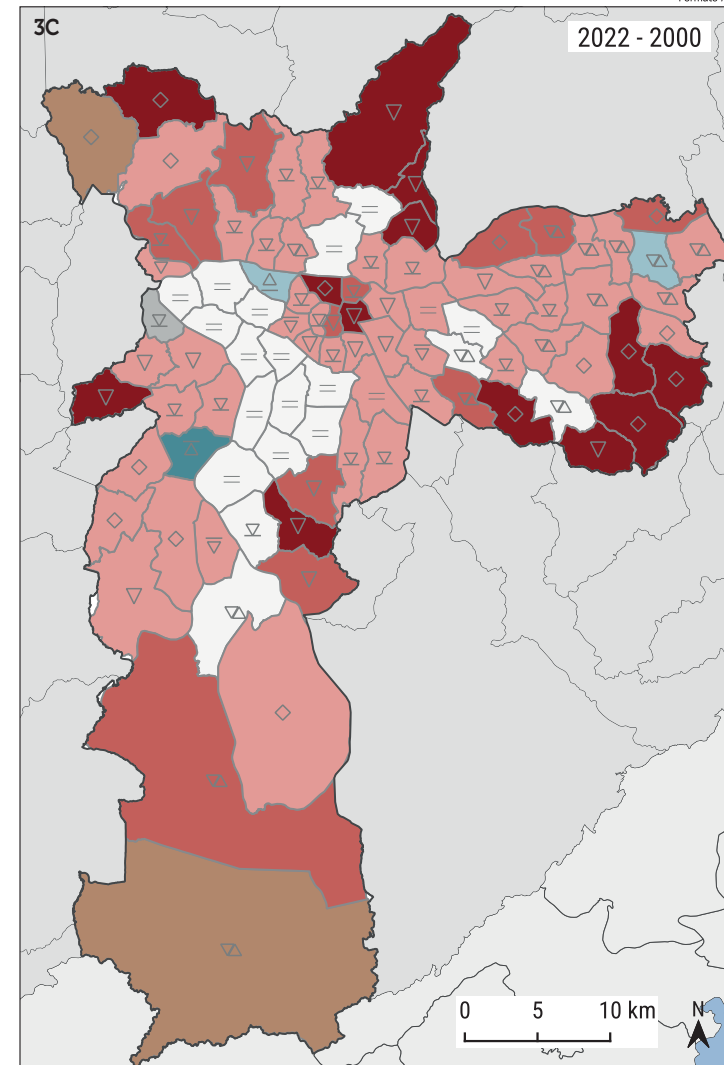
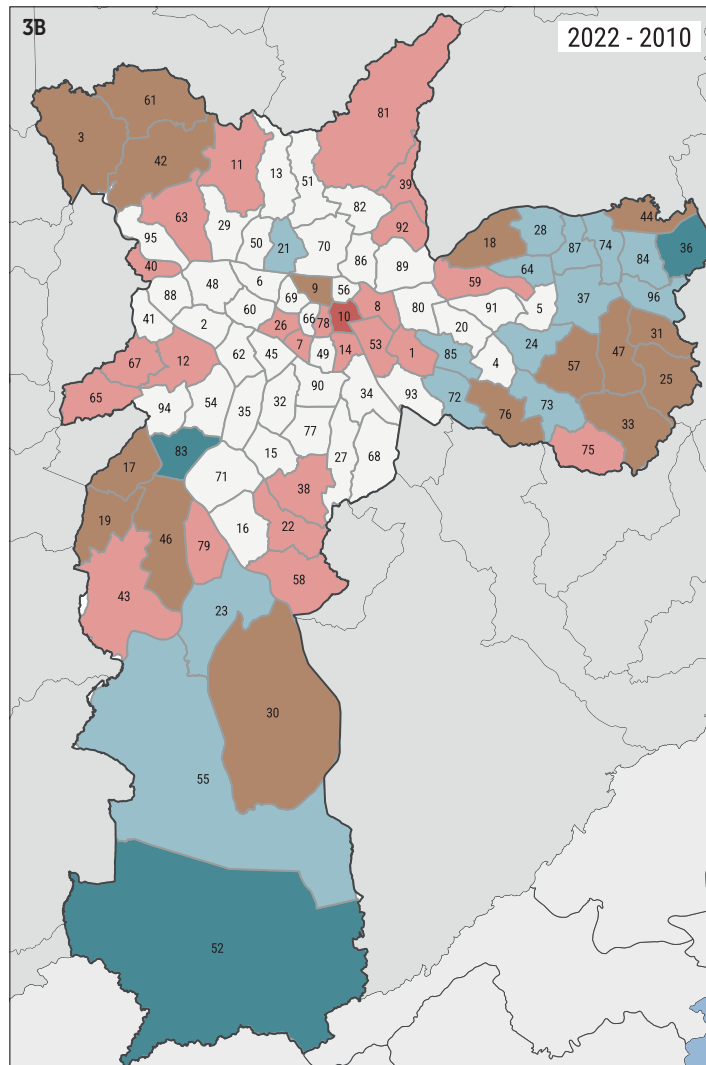
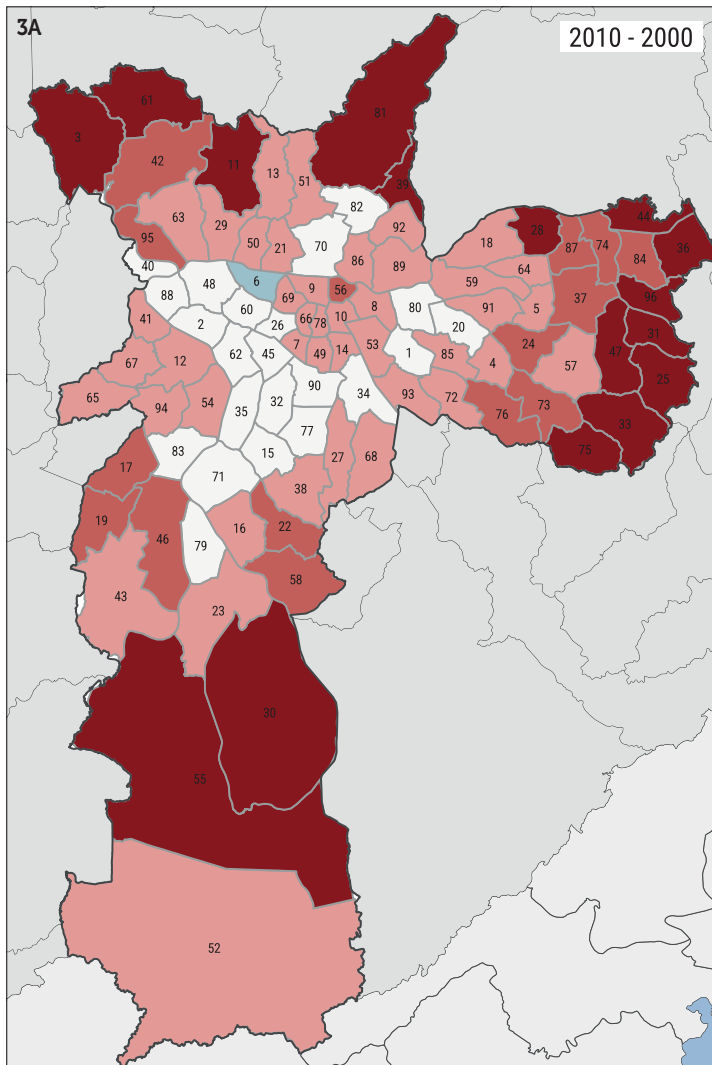
Fontes: IPVS (SEADE, 2025); Geosampa (2025)
Mapa-base: Geosampa.
Elaboração: SMUL/GEODINFO

Proporção da população urbana nas
categorias 1 e 2



Proporção da população urbana nas
categorias 5 e 6





INFORMESurbanos

maio/2026

Mapas 3A, 3B e 3C Categorização da dinâmica do IPVS ao longo das edições

Distritos do Município de São Paulo

Fontes: IPVS (SEADE, 2024); Geosampa (2025)

Mapa-base: Geosampa.
Elaboração: SMUL/GEOINFO

Distritos

1 AGUA RASA	17 CAMPO LIMPO	33 IGUATEMI	49 LIBERDADE	65 RAPOSO TAVARES	81 TREMEMBE
2 ALTO DE PINHEIROS	18 CANGAIBA	34 IPIRANGA	50 LIMAO	66 REPUBLICA	82 TUCURUVI
3 ANHANGUERA	19 CAPAO REDONDO	35 ITAIM BIBI	51 MANDAUQUI	67 RIO PEQUENO	83 VILA ANDRADE
4 ARICANDUVA	20 CARRAO	36 ITAIM PAULISTA	52 MARSILAC	68 SACOMA	84 VILA CURUCA
5 ARTUR ALVIM	21 CASA VERDE	37 ITAQUERA	53 MOOCA	69 SANTA CECILIA	85 VILA FORMOSA
6 BARRA FUNDA	22 CIDADE ADEMAR	38 JABAQUARA	54 MORUMBI	70 SANTANA	86 VILA GUILHERME
7 BELA VISTA	23 CIDADE DUTRA	39 JACANA	55 PARELHEIROS	71 SANTO AMARO	87 VILA JACUI
8 BELEM	24 CIDADE LIDER	40 JAGUARA	56 PARI	72 SAO LUCAS	88 VILA LEOPOLDINA
9 BOM RETIRO	25 CIDADE TIRADENTES	41 JAGUARE	57 PARQUE DO CARMO	73 SAO MATEUS	89 VILA MARIA
10 BRAS	26 CONSOLACAO	42 JARAGUA	58 PEDREIRA	74 SAO MIGUEL	90 VILA MARIANA
11 BRASILANDIA	27 CURSINO	43 JARDIM ANGELA	59 PENHA	75 SAO RAFAEL	91 VILA MATILDE
12 BUTANTA	28 ERMELINO MATARAZZO	44 JARDIM HELENA	60 PERDIZES	76 SAPOEMBA	92 VILA MEDEIROS
13 CACHOEIRINHA	29 FREGUESIA DO O	45 JARDIM PAULISTA	61 PERUS	77 SAUDE	93 VILA PRUDENTE
14 CAMBUCI	30 GRAJAU	46 JARDIM SAO LUIS	62 PINHEIROS	78 SE	94 VILA SONIA
15 CAMPO BELO	31 GUAIANASES	47 JOSE BONIFACIO	63 PIRITUBA	79 SOCORRO	95 SAO DOMINGOS
16 CAMPO GRANDE	32 MOEMA	48 LAPA	64 PONTE RASA	80 TATUAPE	96 LAJEADO

Dinâmica do IPVS

Melhora	Polarização
Melhora parcial	Piora parcial
Estabilização	Piora
Centralização	Piora intensa
▽ Piora - Piora	△ Melhora - Estabilização
▽ Piora - Melhora	▽ Estabilização - Piora
▽ Piora - Estabilização	△ Estabilização - Melhora
◇ Piora - Polarização	= Estabilização - Estabilização



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

5. Estrutura social da vulnerabilidade em São Paulo (2010 – 2022)

A distribuição territorial da vulnerabilidade se relaciona com aspectos sociodemográficos e econômicos da população que vão além das dimensões já incorporadas pelo IPVS — como renda, ciclo de vida familiar, presença de crianças e chefia feminina. Entre essas dimensões, destaca-se a composição por cor/raça, cuja relação com a vulnerabilidade é apresentada nos gráficos de 4a a 4f (p. 22), por meio da proporção da população de cada grupo distribuída entre as categorias do índice, para os anos de 2010 e 2022.

Os resultados evidenciam a persistência de desigualdades estruturais entre os grupos raciais. As populações branca e amarela concentram a maior parte de seus contingentes nas categorias de menor vulnerabilidade (1 e 2), com proporções sistematicamente superiores à média da população total. Destaca-se o grupo amarelo, que apresenta forte concentração na categoria 1 e um crescimento expressivo entre 2010 e 2022, ampliando ainda mais sua distância em relação à média geral.

Nas categorias de maior vulnerabilidade, observa-se um padrão inverso: brancos e amarelos permanecem abaixo da média, reforçando sua menor exposição a contextos mais vulneráveis. Já a população negra apresenta comportamento distinto, com maior presença relativa nas categorias mais elevadas do índice, especialmente na categoria 6, de vulnerabilidade muito alta, na qual é o único grupo com proporção superior à média em 2022.

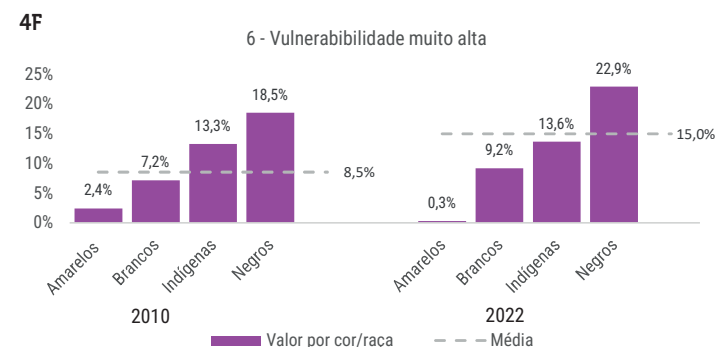
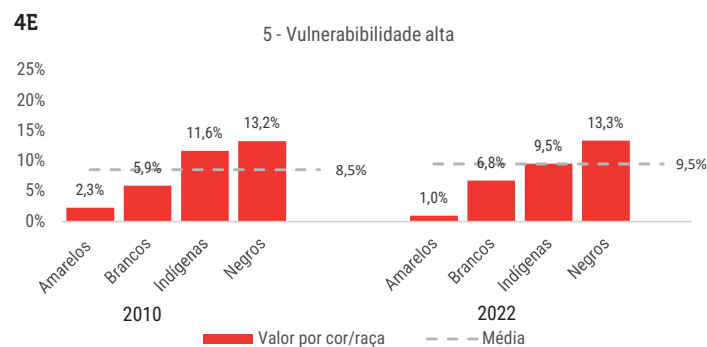
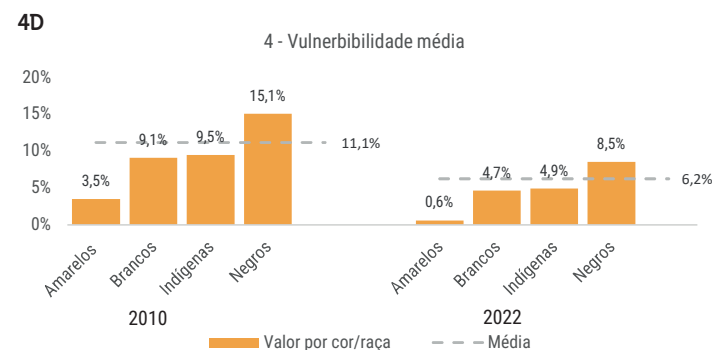
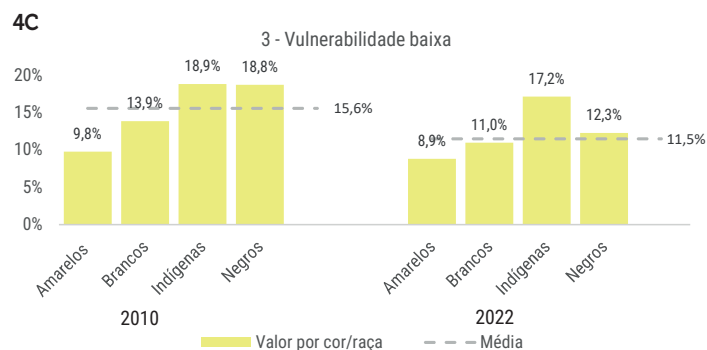
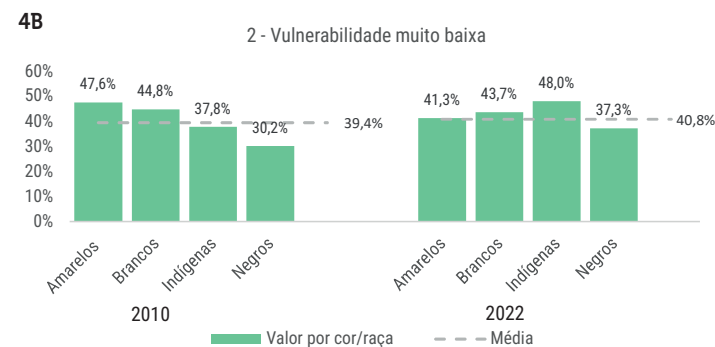
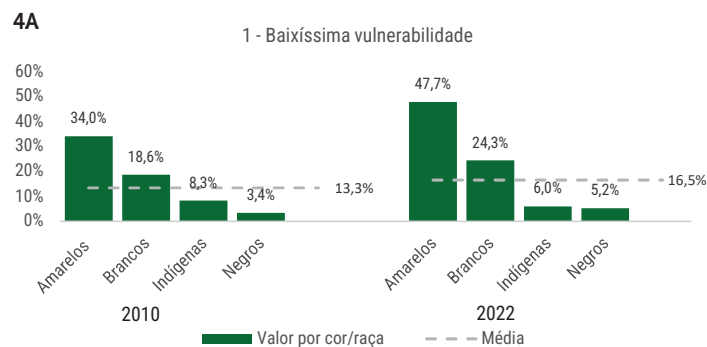
As categorias intermediárias (3 e 4) registraram redução na participação da população total no período analisado, movimento acompanhado por todos os grupos raciais, ainda que com intensidades distintas. Em contraste, as categorias de maior vulnerabilidade (5 e 6) apresentaram crescimento, indicando aumento da concentração populacional em contextos mais críticos. Esse movimento foi observado em praticamente todos os grupos, com exceção da população amarela, que apresentou redução nessas faixas, reforçando sua concentração nas categorias mais favorecidas.

A população indígena, por sua vez, apresenta maior variabilidade na distribuição entre as categorias e entre os períodos analisados, o que sugere cautela interpretativa, reforçada pelo fato de parte significativa da população desse grupo estar em setores censitários especiais ou sem dados revelados devido ao sigilo estatístico no censo de 2022. Ainda assim, observa-se concentração relevante nas categorias intermediárias e de baixa vulnerabilidade sem, contudo, apresentar redução significativa nas categorias de maior vulnerabilidade. Esse padrão indica uma inserção diferenciada, que não acompanha integralmente nem os grupos mais favorecidos nem os mais vulneráveis, mas mantém presença consistente em múltiplos níveis do índice.

Em termos dinâmicos, a população amarela, que já apresentava a situação mais favorável em 2010, ampliou sua concentração nas áreas de menor vulnerabilidade em 2022. A população branca, embora também majoritariamente concentrada nesses territórios, passou a apresentar maior dispersão, acompanhando o crescimento geral das categorias de maior vulnerabilidade. Já a população negra, apesar de leve aumento nas categorias de menor vulnerabilidade, permanece fortemente sub-representada nesses estratos e ampliou sua participação relativa nas categorias mais vulneráveis.

De forma geral, a estrutura da desigualdade racial na distribuição da vulnerabilidade territorial se manteve entre 2010 e 2022. Observa-se, adicionalmente, um aumento da participação da população total nas categorias extremas, tanto de menor quanto de maior vulnerabilidade, indicando um processo de polarização socioespacial. Nesse contexto, as desigualdades raciais persistem como um elemento estruturante dessa distribuição, com padrões distintos de inserção e mobilidade entre os grupos analisados.

Gráficos 4A, 4B, 4C, 4D, 4E, 4F
Proporção de cor/raça por categoria do IPVS
Município de São Paulo
2010, 2022



6. Considerações finais

As análises realizadas evidenciam que, entre 2000 e 2022, o município de São Paulo apresentou um processo de ampliação da vulnerabilidade social, expresso pelo crescimento da população residente nas categorias mais vulneráveis do IPVS e pela redução relativa das categorias intermediárias. Embora esse processo tenha ocorrido de forma mais intensa entre 2000 e 2010, o período mais recente demonstra a manutenção dessa tendência em parte significativa do território, ainda que de forma menos acelerada.

Essa dinâmica, entretanto, não se manifesta de maneira homogênea no espaço urbano. Os resultados revelam forte persistência da dinâmica já consolidada da estrutura socioespacial paulistana, marcada pela estabilidade das áreas historicamente mais favorecidas, especialmente no eixo sudoeste da cidade, e pela perpetuação ou agravamento da vulnerabilidade nas periferias, sobretudo nos extremos das regiões Sul e Leste. Observa-se, assim, uma tendência de consolidação territorial das desigualdades, na qual distritos já privilegiados tendem à manutenção de baixos níveis de vulnerabilidade, enquanto áreas historicamente precarizadas apresentam processos recorrentes de piora ou polarização. Nesse contexto, evidencia-se a necessidade de políticas públicas territorialmente orientadas, capazes de considerar a crescente heterogeneidade socioespacial do município.

A análise por cor/raça reforça essa leitura ao demonstrar que os grupos racializados, especialmente a população negra, permanecem mais concentrados nos territórios de maior vulnerabilidade social. Ainda que os dados indiquem alterações na distribuição desses grupos ao longo do período analisado, a estrutura geral das desigualdades raciais permanece significativamente preservada, evidenciando a permanência de padrões históricos de segregação socioespacial.

O IPVS demonstra grande potencial como instrumento de planejamento e gestão territorial, ao permitir identificar não apenas a distribuição espacial da vulnerabilidade, mas também suas dinâmicas de transformação ao longo do tempo. A incorporação de análises temporais possibilita compreender processos de agravamento, estabilização, melhora e polarização, contribuindo para o direcionamento de políticas públicas territorializadas e mais adequadas às especificidades locais.

Por fim, é importante destacar que as limitações inerentes aos censos demográficos e as diferenças metodológicas entre as edições do IPVS demandam cautela na realização e interpretação de comparações temporais, especialmente em escalas territoriais mais detalhadas. Embora a manutenção do núcleo conceitual do índice permita analisar a evolução da vulnerabilidade social ao longo do tempo, as mudanças nas variáveis utilizadas e as especificidades de cada levantamento censitário devem ser consideradas na leitura dos resultados. Nesse contexto, análises complementares tornam-se fundamentais para aprofundar a compreensão da vulnerabilidade urbana, incorporando dimensões não plenamente captadas pelo índice ou pelos próprios censos, como acesso a equipamentos e serviços públicos, mobilidade, infraestrutura urbana e condições habitacionais.

Referências Bibliográficas

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MDR. Caderno Técnico de Referência: Mobilidade a Pé. Brasília: Editora IABS, 2020. 113 p. ISBN 978-65-87999-02-9. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/mobilidade-urbana/CTR_Mobilidadeap_compressed.pdf. Acesso em: março de 2026.

COMPANHIA DO METROPOLITANO DE SÃO PAULO - METRÔ. Pesquisa Origem e Destino 2023: Relatório Síntese. São Paulo: Metrô, 2025. Disponível em: <https://transparencia.metrosp.com.br/dataset/pesquisa-origem-e-destino-2023-relat%C3%B3rio-%C3%ADntese/resource/1c5e1c75-7790-4e13-8545>. Acesso em: março de 2026.

GONÇALVES, Fábio Mariz. Rua, o lugar da vida pública: conceitos, especificidades e desafios. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022 - População e Domicílios - primeiros resultados. Rio de Janeiro, junho de 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/downloads.html?localidade=BR>. Acesso em: março de 2026

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102168>. Acesso em: janeiro de 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2022: Resultados da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=-Censos/Censo_Demografico_2022/Agregados_por_Setores_Censitarios_Caracteristicas_urbanisticas_do_entorno_dos_domicilios/Agregados_por_Setor_csv/. Acesso em: janeiro de 2026.

INSTITUTO DE POLÍTICAS DE TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (ITDP BRASIL). Mobilidade Urbana e Soluções baseadas na Natureza: Integrando Estratégias de Adaptação para as Cidades Brasileiras. Rio de Janeiro: 2026. Disponível em: <https://itdpbrasil.org/mobilidade-urbana-e-solucoes-baseadas-na-natureza-integrando-estrategias-de-adaptacao-para-as-cidades-brasileiras/>. Acesso em: março de 2026.

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional. Editora Hucitec: São Paulo, 1994.

QUEIROGA, Eugênio Fernandes. Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

São Paulo (Cidade). Lei nº 14.675/2008, de 23 de janeiro de 2008. Institui o Plano Emergencial de Calçadas - PEC. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-14675-de-23-de-janeiro-de-2008>. Acesso em: janeiro de 2026.

São Paulo (Cidade). Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011. Dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas; revoga as Leis nº 10.508, de 4 de maio de 1988, e nº 12.993, de 24 de maio de 2000, o art. 167 e o correspondente item constante do Anexo VI da Lei nº 13.478, de 30 de dezembro de 2002. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15442-de-09-de-setembro-de-2011>. Acesso em: janeiro de 2026.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 17.794 de 27 de abril de 2022. Disciplina a arborização urbana, quanto ao seu manejo, visando à conservação e à preservação, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17794-de-27-de-abril-de-2022>. Acesso em março de 2026.

SÃO PAULO (Cidade). Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: janeiro de 2026.

SÃO PAULO (Cidade). Decreto nº 56.834, de 24 de fevereiro de 2016. Institui o Plano Municipal de Mobilidade Urbana de São Paulo – PlanMob/SP 2015. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56834-de-24-de-fevereiro-de-2016>. Acesso em: janeiro de 2026.

São Paulo (Cidade). Decreto nº 58.845, de 10 de julho de 2019. Define as rotas emergenciais e respectivas vias abrangidas pelo Plano Emergencial de Calçadas – PEC, instituído pela Lei nº 14.675, de 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58845-de-10-de-julho-de-2019>. Acesso em: janeiro de 2026.

São Paulo (Cidade). Decreto nº 59.671, de 7 de agosto de 2020. Consolida os critérios para a padronização das calçadas, bem como regulamenta o disposto nos incisos VII e VIII do “caput” do artigo 240 do Plano Diretor Estratégico, o Capítulo III da Lei nº 15.442, de 9 de setembro de 2011, e a Lei nº 13.293, de 14 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-59671-de-7-de-agosto-de-2020>. Acesso em: janeiro de 2026.

SÃO PAULO (Cidade). População paulistana circulando menos: pela primeira vez Pesquisa OD registra queda nos deslocamentos na cidade de São Paulo – Informe Urbano nº 70. São Paulo, SP, 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/licenciamento/w/mapas-e-dados-urbanos/informes_urbanos/70-populacao-paulistana-circulando-menos. Acesso em: março de 2026.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intraurbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institute, 2001.

WRI (World Resources Institute). 8 princípios da calçada: construindo cidades mais ativas. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/publicacoes/8-principios-da-calcada>. Acesso em: fevereiro de 2026.

Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL

Elisabete França

Coordenadoria de Produção e Análise de Informação – Geoinfo

Danilo Mizuta

Divisão de Análise e Disseminação

Steffano Esteves de Vasconcelos

Elaboração

Fabio Sinai

Leila de Lacerda Pankoski

Revisão

Lais Boni Valieris

Marcos Toyotoshi Maeda

Steffano Esteves de Vasconcelos

Diagramação

Marcio de Oliveira Soares

Tabelas, gráficos e mapas



https://smul.prefeitura.sp.gov.br/informes_urbanos

informesurbanos@prefeitura.sp.gov.br